

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Afonso Corrêa Cavagnoli Soares

*Em nome da família, pátria e humanidade: a mitologia política da historiografia didática
republicana rio-grandense*

Porto Alegre

2023

Afonso Corrêa Cavagnoli Soares

*Em nome da família, pátria e humanidade: a mitologia política da historiografia didática
republicana rio-grandense*

Trabalho de conclusão do curso de
graduação para a obtenção do título do
grau de Licenciado em História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jocelito Zalla

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Soares, Afonso Corrêa Cavagnoli
Em nome da família, pátria e humanidade: a
mitologia política da historiografia didática
republicana rio-grandense / Afonso Corrêa Cavagnoli
Soares. -- 2023.
81 f.
Orientador: Jocelito Zalla.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em
História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Mitologia política. 2. Imaginário coletivo. 3.
Republicanism. 4. Instrução Pública. 5. Partido
Republicano Rio-Grandense. I. Zalla, Jocelito, orient.
II. Título.

Afonso Corrêa Cavagnoli Soares

*Em nome da família, pátria e humanidade: a mitologia política da historiografia didática
republicana rio-grandense*

Trabalho de conclusão do curso de
graduação para a obtenção do título do
grau de Licenciado em História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jocelito Zalla

Aprovado em: Porto Alegre, 18 de abril de 2023.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Carla Menegat (IFSUL)

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (UFRGS)

RESUMO

Nos primeiros anos do governo republicano do Rio Grande do Sul foi estabelecido o Conselho de Instrução Pública, órgão que tinha entre suas atribuições a seleção de livros didáticos para as escolas públicas. Por este Conselho foram selecionados livros que constituíram a historiografia didática republicana rio-grandense, a qual levou às escolas uma série de elementos discursivos e simbólicos alinhados às perspectivas e interesses do governo constituído. Em um contexto de necessidade de legitimação das autoridades políticas perante a população, a historiografia didática se serviu de mitos políticos para a construção de um imaginário social republicano alinhado ao partido governante. O objetivo deste trabalho foi observar a construção dos mitos políticos presentes nas obras didáticas, relatando a forma como a história rio-grandense foi exposta e apropriada no contexto em que estava inserida. Os livros analisados foram *História do Rio Grande do Sul para as escolas públicas*, de Stella Dantas de Gusmão (1911); *Chronologia da Historia Riograndense*, de Afonso Guerreiro Lima (1916); e *História do Rio Grande do Sul para Ensino Cívico*, de João Cândido Maia (1920). Os mitos políticos levantados foram a identificação de reivindicações contemporâneas às fontes, como o republicanismo, o abolicionismo e o federalismo, com a história da população rio-grandense e processos históricos como a Farroupilha; a constituição de um panteão cívico de heróis rio-grandenses republicanos; o silenciamento quanto à presença negra na região; e o ensino das instituições e dos símbolos oficiais em reforço da identificação da população com o governo.

Palavras-chave: Mitologia política; Imaginário coletivo; Republicanismo; Instrução Pública; Partido Republicano Rio-Grandense

ABSTRACT

In the first years of the republican government in Rio Grande do Sul, the Council of Public Instruction was established, an institution that had among its attributions the selection of didactic books for public schools. Through this Council, books that would constitute the rio-grandense republican didactic historiography were selected; works that brought to the schools a series of symbolic and discursive elements aligned with the constituted government. In a context of search for legitimacy towards the population by the political authorities, the didactic historiography used political myths in order to build a republican social imaginary in line with the governing party. The present work's objective was to observe the development of political myths in these didactic works, reporting the way rio-grandense history was framed and appropriated in the context it was inserted. The books analysed were *História do Rio Grande do Sul para as escolas públicas*, by Stella Dantas de Gusmão (1911); *Chronologia da Historia Riograndense*, by Afonso Guerreiro Lima (1916); and *História do Rio Grande do Sul para Ensino Cívico*, by João Cândido Maia (1920). The political myths observed were the identification of contemporary claims to the sources, such as republicanism, abolitionism and federalism, with the history of the rio-grandense population, and historical processes such as the Farroupilha War; the constitution of a civic pantheon of rio-grandense republican heroes; the silencing towards the presence of black people in the region; and the teaching about the political institutions and the official symbols as reinforcement of the people's identification with the government.

Key words: Political mythology; Collective imaginary; Republicanism; Public Instruction; Rio-Grandense Republican Party

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras 1, 2 e 3: Capas dos livros.....	44
Figura 4: “Tribus selvagens” de Afonso Guerreiro Lima.....	46
Figuras 5, 6 e 7: Missões jesuíticas.....	48
Figura 8: Raphael Pinto Bandeira.....	50
Figura 9: Artigas.....	54
Figura 10: Visconde de S. Leopoldo.....	55
Figura 11: Proclamação da República de Piratini.....	57
Figuras 12 e 13: Bento Gonçalves.....	61
Figuras 14 e 15: Antônio de Souza Netto.....	61
Figuras 16 e 17: Davi Canabarro.....	62
Figura 18: Primeiro governo republicano do Rio Grande do Sul.....	64
Figuras 19 e 20: Júlio de Castilhos.....	66
Figuras 21, 22 e 23: Pinheiro Machado e Borges de Medeiros.....	67
Figuras 24 e 25: Gaspar Silveira Martins.....	68
Figuras 26 e 27: Bandeira rio-grandense.....	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
Referenciais teórico-metodológicos.....	10
CAPÍTULO 1. O Governo Republicano do Rio Grande do Sul.....	15
1.1. O período de consolidação republicana.....	19
1.2. O Governo Borges de Medeiros e os Anos Finais.....	21
CAPÍTULO 2. A Instrução Pública Republicana.....	25
2.1. A Política de Expansão do Ensino Público.....	29
2.2. Os conteúdos escolares.....	31
2.3. O imaginário coletivo republicano dentro e fora das escolas.....	33
2.4. A disciplina de história no Império e na República.....	35
2.5. Os Livros Didáticos na Instrução Pública.....	38
CAPÍTULO 3 - Heróis, símbolos e narrativas militares nas escolas.....	43
3.1. A História.....	46
3.1.1. Período colonial.....	46
3.1.2. Império e República.....	54
3.2. Elementos mitológicos republicanos.....	68
3.2.1. Federação e liberdade no passado, presente e futuro.....	69
3.2.2. A abolição [não] quebra o silêncio.....	70
3.2.3. Panteão da República.....	71
3.2.4. As instituições republicanas e o pavilhão tricolor rio-grandense.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS.....	77

INTRODUÇÃO

Os anos finais do regime monárquico brasileiro foram marcados por uma crise entre facções políticas que o compunham. Um destes grupos, dos liberais, em grande parte composto por representantes das elites agrárias regionais, tinha como reivindicação central a pauta do federalismo, como oposição ao centralismo do governo imperial. Esta reivindicação levou a um gradual afastamento destas elites do poder monárquico, pelo atrito de interesses econômicos e políticos entre ambas as partes e pela descrença na capacidade do governo de atender a esta demanda. Neste contexto, muitos movimentos em defesa dos ideais republicanos passaram a se organizar pelo país, e um destes, de interesse a este trabalho, conquistaria no futuro próximo grande proeminência política no estado de origem. Essa agremiação política que governaria o Rio Grande do Sul foi composta por jovens oriundos da província, formados nas faculdades de São Paulo, influenciados não pelos ideais liberais, como a maioria dos republicanos, mas pelo positivismo de Auguste Comte, que predominava nas cátedras paulistas de direito.

A Proclamação da República, ocorrida poucos anos depois, foi um movimento realizado por setores do exército brasileiro, sem participação dos republicanos. Esses últimos, entretanto, fizeram parte de um pacto com os militares para a formação do novo modelo político, e passaram a exercer considerável influência. No Rio Grande do Sul, o movimento republicano positivista dos estudantes de direito, organizado no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) foi alçado ao governo regional, sob forte oposição de outros setores republicanos, ligados à elite pecuarista da região fronteira, e em geral inspirados em ideais liberais, que se organizariam no Partido Federalista, e cuja oposição ao governo levaria a grande instabilidade política, culminando na primeira Revolução Federalista (1893-1895).

Nesse ambiente de conflito e instabilidade, o PRR, enquanto movimento político, recorre a uma série de estratégias para sua consolidação no poder do estado. Para além das estratégias políticas ligadas ao combate a inimigos internos e às relações com o poder central brasileiro, o trabalho presente procura destacar outro aspecto desse processo de estabelecimento do partido político: a construção de um imaginário social, a partir de mitos cívicos e políticos, que trouxesse legitimidade ao governo estadual perante a população. Esse processo não se deu apenas no âmbito rio-grandense, como pode ser visto pelo trabalho de José Murilo de Carvalho (1990), que analisou a construção do imaginário do Rio de Janeiro, então capital brasileira, onde cada facção republicana buscou definir a propriedade que tinha sobre o próprio regime e a sua natureza. Os positivistas foram um dos grupos de poder

inseridos nesse contexto, junto com liberais e aqueles identificados como jacobinos. Entretanto, a forma positivista do governo rio-grandense, vinculada à doutrina de Júlio de Castilhos (1860-1903), líder do PRR, não é imediatamente identificada com as atividades dos positivistas da capital brasileira, tanto pela organização do partido como pelo contexto distinto.

O governo positivista do Rio Grande do Sul, desde a primeira década no poder, promoveu um processo de expansão do ensino público, o que é demonstrado pelos fundos dedicados à educação no orçamento, que com frequência ocuparam a maior parte dos gastos públicos. Esta expansão serviu, por um lado, ao projeto de modernização conservadora promovido naquele momento, mas, por outro lado, também como um meio legitimador do governo no plano político (CORSETTI, 2002). Esta monografia parte da hipótese de que a educação pública historicamente serviu também como um meio para a construção de imaginários políticos, por ser um espaço em que os elementos narrativos e simbólicos dos mitos políticos oficiais poderiam ser expostos aos cidadãos em formação. Esta construção mitológica de uma subjetividade republicana deveria contribuir para a legitimação do governo, e portanto garantir a adesão ao projeto republicano do PRR (CORSETTI, 2006).

A construção do imaginário se deu por diversas práticas escolares. Alguns dos aspectos destacados na bibliografia são: o mito de origem republicano, o rol de heróis que figuram na história do estado, as relações da sociedade com o catolicismo, os rituais que promoviam a integração social, como as festas escolares, e o ensino da simbologia republicana, com a bandeira e o hino (CORSETTI, 2006). À luz destes aspectos anteriormente analisados sobre a construção mitológica republicana no ambiente escolar, este trabalho observará quais os elementos presentes nos livros didáticos de história produzidos neste período, e como seriam desenvolvidos e expostos ao público docente e discente.

Em um contexto escolar inicialmente precário, e com também precário quadro de professores formados, a principal via para a introdução da perspectiva republicana do PRR no ensino de história foi o livro didático. Note-se que o uso livro didático nas salas de aula pode ter sido limitado em alguns casos, mas estes ainda foram os principais meios para a transmissão da visão da história rio-grandense propagada pelo PRR no ambiente escolar. Das obras didáticas de história analisadas neste trabalho, uma foi produzida por um membro do PRR: *História do Rio Grande do Sul para ensino cívico*, de João Cândido Maia; aqui analisada a novíssima edição, de 1920; e dois livros escritos por professores de escolas públicas: *História do Rio Grande do Sul para as escolas públicas*, de Stella Dantas de

Gusmão, de 1911; *Chronologia da Historia Riograndense*, de Afonso Guerreiro Lima, de 1916. Estes livros foram submetidos a escrutínio do Conselho de Instrução Pública, composto por nomes indicados pelo governo, que aprovaram as obras para produção e distribuição às escolas. A autorização dessas obras pelo Conselho e posterior produção e distribuição levou às escolas públicas a versão da história sancionada pelo governo para o ensino, e o estudo dos conteúdos desses livros pode nos permitir compreender os elementos da construção mitológica republicana visada pelas autoridades.

A proposta deste trabalho é demonstrar a presença de elementos para a construção de um imaginário político republicano nos livros didáticos de história produzidos para o ensino público estadual do Rio Grande do Sul durante os governos do PRR. A escolha das fontes não esgota a lista de obras didáticas do período que abordaram a história do Rio Grande do Sul, mas traz uma amostragem importante dos materiais disponíveis às escolas do período. O livro de João Maia já foi analisado em abordagens de história dos manuais escolares e da disciplina de história (CARDOSO, 2006; ALMEIDA, 2007; MOMBELLI, 2015), mas ainda pode fornecer elementos interessantes ao estudo das mitologias políticas do período, por se tratar de um livro escrito por um militante republicano e o primeiro aprovado no Conselho de Instrução Pública. Os livros de Stella Dantas e de Afonso Guerreiro Lima carecem de maior análise, e podem fornecer informações sobre qual abordagem da história do Rio Grande do Sul era aprovada pelas autoridades para uso escolar. A análise das obras é realizada observando como os eventos da história do Rio Grande do Sul são abordados, e de que maneira estes podem se relacionar com o processo de construção mitológica republicana. Estes elementos, presentes nas fontes, são os mitos de heróis e a construção de um panteão cívico; os mitos de origem republicana, tanto relacionados ao estabelecimento do regime republicano como experiências anteriores, principalmente a Revolução Farroupilha; a figura do gaúcho na forma como esta é apresentada e se relaciona aos processos históricos; a quase ausência de certos temas controversos à legitimação desta visão da história rio-grandense, como a presença negra e a escravidão; e o ensino de símbolos oficiais e das instituições republicanas estaduais.

Referenciais teórico-metodológicos

O trabalho presente é um estudo de mitologias políticas e da construção de um imaginário social e político. A historiadora Sandra Pesavento (1995) fornece um panorama da origem dos estudos dos imaginários sociais, entendidos como parte de um processo nas

ciências humanas, na década de 1990, que se relaciona ao "fim da crença nas verdades absolutas legitimadoras da ordem social" (PESAVENTO, 1995, p. 9). As correntes historiográficas predominantes no século XIX, marcadas pelo racionalismo e cientificismo, tenderiam a apresentar uma desconfiança com relação ao estudo do imaginário, que seria visto como falso, inventado e não científico. Esta tradição buscava, em uma época em que a produção de mitos políticos e ideologias era intensa, o estudo de uma história "real", que pretendesse desvendar o verdadeiro em meio ao ilusório, promovendo uma desmistificação da realidade que se encontraria por detrás dos imaginários, e reduzindo o imaginário a um "real deformado", (BACZKO, 1985). Alguns dos primeiros contrapontos a estas correntes foram a psicanálise e a antropologia social, que passaram a valorizar o imaginário, e posteriormente surgiram novas perspectivas e propostas de conceitualização deste imaginário.

Pesavento apresenta algumas das propostas de conceitualização que podem auxiliar na aproximação do imaginário social. O historiador Michel Vovelle buscava aproximar o conceito de imaginário da noção de "visão de mundo", sendo mais amplo que a ideologia, por integrar tudo que está oculto, não formulado e encoberto, incluindo as motivações inconscientes. Outra abordagem para a definição seria o uso do conceito de representação de Jacques Le Goff, como uma tradução subjetiva de uma realidade externa, que inclui o imaginário enquanto expressão manifesta por discursos e imagens que evocam o que não está presente. O autor Bronislaw Baczko (1985) analisa o imaginário em sua dimensão social, compreendendo que o termo remete à atividade humana imaginativa e criativa, que pode assumir inúmeros significados, a depender do contexto, e o adjetivo "social" designa a orientação desta atividade em direção ao social, produzindo representações da ordem coletiva e destacando essa dimensão coletiva do fenômeno.

O mito político é um elemento fundamental na constituição do imaginário social. O autor Raoul Girardet (1987) compreende três características e funções do mito político: por um lado é uma forma de fabulação, ou de distorção da realidade, que cria uma narrativa legendária irreal. Entretanto, também tem o papel de explicação do presente, ao fornecer chaves para sua compreensão que ordenam a realidade caótica e incompreensível. Para além destes aspectos de mistificação e ao mesmo tempo compreensão da realidade, o mito apresenta terceira função, que é a de força mobilizadora para as ações reais e concretas. É considerando a unidade do mito e as dimensões em que se desdobra que se pode compreender sua natureza. Ainda para além de suas funções características, o mito deve ser observado como um fenômeno dinâmico e polimorfo, apresentando inúmeras imagens, ressonâncias e

significados, e sua redução em contornos precisos pode levar à imprecisão e reducionismo. Para este trabalho, compreende-se que o mito político é um elemento fundamental para a constituição de um imaginário social, cuja distinção se dá no fato de que o imaginário é o elemento subjetivo e psicológico social, enquanto a mitologia é o conjunto de imagens e discursos que forma o imaginário subjetivamente, e ao mesmo tempo também pode manifestá-lo.

Para além de uma conceituação do imaginário e do mito, é necessário explorar suas relações com as dimensões do social e do político, que são indispensáveis para sua compreensão. Pesavento indica que a formação do imaginário coletivo é influenciada por interesses particulares, dado que o imaginário social "é uma das forças reguladoras da vida coletiva, normatizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema." (PESAVENTO, 1995, p. 23). A autora também indica a posição de Roger Chartier, que não percebe uma oposição concreta entre o mundo real e o imaginário, dado o fato de que o subjetivo, em seus elementos discursivos e imagéticos, pode servir como um instrumento concreto de transformação da realidade e construção do poder (PESAVENTO, p. 18). Esta perspectiva encontra certa consonância com Baczko (1985), que observa como as imagens e objetivos a serem atingidos são uma condição para a possibilidade de ação das forças envolvidas em um conflito. O poder simbólico é um meio de reforço da dominação efetiva que se dá pela apropriação dos símbolos. Daí decorre em grande medida o empenho de forças políticas para a inculcação deste fenômeno psicológico e subjetivo sobre aqueles sujeitos a seu poder, dada a possibilidade concreta de reforço deste poder. A partir dessa categoria analítica é formulada a hipótese de construção de um imaginário social republicano no Rio Grande do Sul como meio para a legitimação e reforço do poder do governo estadual.

Quanto aos elementos mitológicos e simbólicos construtores do imaginário, pode-se considerar o "checklist" de elementos para a construção das identidades coletivas nacionais na Europa do século XIX, elaborado por Anne-Marie Thiesse (2001/2002), composto por temas como a mobilização de antigos poemas e lendas da refundação cultural nacional, o resgate filológico de idiomas que se constituiriam em língua nacional, as representações da nação nas artes e na historiografia e as formas de elaboração e exposição da paisagem natural da nação. No Rio Grande do Sul republicano podem ser observados elementos de construção identitária que se assemelham em certa medida ao processo de elaboração dos nacionalismos europeus, ainda que por meio de objetos e símbolos distintos. No caso rio-grandense talvez sejam os mais notórios o "panteão" de heróis rio-grandenses e a mobilização de determinados eventos

do passado como fundadores da identidade republicana rio-grandense, tendo como principais exemplos a Farroupilha e o movimento republicano que deu origem ao PRR. Este trabalho atentará a estes elementos mitológicos identificados na historiografia didática, construtores de imaginários e identidades, ainda que não se utilizando dos mesmos elementos que serviram aos nacionalismos europeus, mas reconhecendo como esses mitos políticos contribuem a uma construção não somente de um imaginário vinculado a um regime republicano, mas uma identidade republicana particularmente rio-grandense, com características de um nacionalismo regional que se fundamenta nos mitos políticos fundadores de um imaginário coletivo.

O citado "panteão" dos heróis da história rio-grandense é um elemento construtor do imaginário que se faz muito presente nas fontes analisadas. Armelle Enders (2014) buscou uma conceituação do herói moderno que pode servir de auxílio na compreensão do papel do culto a esses grandes homens no contexto da legitimação do governo republicano do Rio Grande do Sul, que teria motivado a produção de materiais didáticos consideravelmente alicerçados no ensino da história e feitos de heróis. Enders parte da distinção entre o herói "funcionalista", que expressa anseios coletivos, e o herói "essencialista", que adquire esse status por suas qualidades individuais que o tornam influente no curso da história (ENDERS, 2014, p. 15). Para este trabalho observa-se que o retrato de uma grande figura frequentemente assume características simultaneamente funcionalistas e essencialistas. Existe ainda um processo de conversão do herói em alegoria, fazendo com que ao mesmo tempo em que o grande homem passa a encarnar ideias, momentos históricos ou virtudes, ele tende a perder sua individualidade e personalidade. Esse processo de heroificação se dá por uma interseção entre a história e a ficção, na qual as figuras do passado assumem um papel análogo àqueles das narrativas míticas e literárias.

Enders (2014) ainda observa o processo de alargamento das figuras heróicas nos tempos modernos, nos quais personagens que no passado não obteriam uma posição entre os grandes nomes da história são alçados a essa condição por terem alcançado notoriedade. É o caso de "heróis do dia a dia", que se destacam pela excelência em atos não extraordinários, assim como esportistas, celebridades e outras figuras destacadas (ENDERS, 2014, p. 17). Por fim, a autora demonstra o caso das lideranças carismáticas, que exercem a sua dominância por exprimir em sua personalidade ou discurso as aspirações e expectativas depositadas nele por aqueles sobre quem governa (ENDERS, 2014, p. 21). A autora afirma que essa forma de dominação somente se tornará pertinente a partir da década de 1930, com a possível exceção de Floriano Peixoto, mas temos apontamentos bibliográficos que indicam possíveis

características de liderança carismática em Júlio de Castilhos¹, ainda que esta possa não ter sido exclusivamente fundamentada no carisma da liderança.

A relação entre o fenômeno do imaginário e suas dimensões políticas e sociais faz com que seja necessário, como indica Girardet (1987), situar os elementos imaginários em relação às circunstâncias e fenômenos de ordem política, econômica e social nos quais se situam. Essa é uma das necessidades da pesquisa histórica que lida com elementos subjetivos e não formulados verbalmente. O presente trabalho não se propõe a analisar diretamente a recepção do imaginário social republicano na sociedade rio-grandense, dadas as dificuldades de descrever um fenômeno subjetivo pela análise de fontes escritas oficiais, mas sim observar quais elementos mitológicos eram elaborados no período e apresentados nessas fontes, podendo contribuir para uma construção discursiva e imagética de um imaginário social alinhado ao governo rio-grandense estudado, e quais as razões e objetivos para este esforço por parte das autoridades. Esta pesquisa observará produtos concretos das políticas públicas, na forma de livros didáticos para o ensino, para compreender que tipo de imaginário social poderia ser criado, sem almejar atingir diretamente a dimensão subjetiva individual do imaginário, que como indicado por Girardet:

"É uma esperança sem dúvida bem ilusória pretender definitivamente transcender a oposição do racional e do imaginário. Encontramo-nos em um domínio onde o único verdadeiro conhecimento seria da ordem do existencial: apenas aqueles que vivem o mito na adesão de sua fé, no impulso de seu coração e no empenho de sua sensibilidade se encontrariam em condição de exprimir sua realidade profunda" (GIRARDET, 1987, p. 23).

¹ "Porque os que se agrupavam em torno dele [Júlio de Castilhos] eram ligados pela preponderância da sua vontade, e não pela comunhão das suas convicções. Como Floriano Peixoto, ele tinha entusiastas que o seguiam; mas não possuía, salvo raríssimas exceções, subordinados que estivessem animados pelos mesmos ideais que êle." (COSTA, 1953. p. 107).

CAPÍTULO 1. O Governo Republicano do Rio Grande do Sul

A ocupação colonial portuguesa no atual território do Rio Grande do Sul se deu de forma tardia e militarizada, visando os interesses lusitanos no Rio da Prata. Com a exploração do gado e posterior consolidação das estâncias, formou-se uma economia subsidiária à central brasileira, baseada no fornecimento de bens de consumo primário para as zonas produtoras e exportadoras brasileiras. Tanto no período colonial como no pós independência, a região foi marcada por conflitos nas fronteiras ainda mal definidas e disputadas, ambiente que produziu uma sociedade e uma elite militarizada e vinculada à pecuária. Esta foi a oligarquia que controlou a política regional por muitas décadas, e protagonizou, no período imperial, uma das principais revoltas contra o governo, a chamada Revolução Farroupilha (1835-1845), que se tornaria em um marco para a história do estado. A revolta se originou de tensões entre a elite estancieira rio-grandense e o governo central do Império, à época sob regência, devido aos impostos cobrados sobre o charque e insumos para sua produção, e o trato com a concorrência de produtores dos países vizinhos (PESAVENTO, 1990).

De modo similar à Revolução Farroupilha, décadas depois, tensões entre os interesses das elites regionais de todo o país seriam um dos fatores de desestabilização do regime monárquico central, que culminariam com sua queda e estabelecimento do regime republicano. O Partido Liberal, nos anos finais do Império, se tornou um opositor da monarquia. Nele se reuniram elites regionais, com liderança principal dos cafeicultores paulistas, em defesa principalmente do federalismo. Com o passar do tempo, os liberais passaram a ver no regime monárquico um entrave ao estabelecimento de um regime federal, e gradualmente passaram à defesa do fim da monarquia e estabelecimento de uma república. O Partido Liberal foi também a força de maior poder político no Rio Grande do Sul em todo o período pós Revolução Farroupilha, em grande parte herdeiro da popularidade da luta rebelde, o qual fez em o caminho contrário dos liberais no âmbito nacional: partiu de um tensionamento com o governo central para uma aproximação nos anos derradeiros do Império, promovida principalmente pela monarquia, que perdia seu apoio (PINTO, 1986).

Devido à conjuntura regional, em que o Partido Liberal rio-grandense não foi um defensor de ideias republicanas, as origens do movimento republicano no Rio Grande do Sul são distintas daquela dos liberais paulistas. O movimento rio-grandense em favor da república surgiu de forma tardia, fundado por jovens estudantes universitários, que não detinham experiência política ou partidária prévia, influenciados pelas ideias positivistas que circulavam nas cátedras durante o período, não pela ideologia liberal dos republicanos de

outras regiões. Estes jovens eram oriundos de famílias abastadas, mas não vinham da elite estancieira pecuarista da fronteira, que dominara a política regional, o que configurou um caso peculiar de um partido que foi posteriormente alçado ao poder e não compunha diretamente a oligarquia política regional. (PINTO, 1986).

A *alma mater* de muitos quadros do futuro Partido Republicano Rio-Grandense foi a Academia de Direito de São Paulo. Esta instituição aparentemente não tinha grande rigor quanto à formação jurídica de seus estudantes, oferecendo um ensino relativamente precário, apesar de custos elevados. A vida acadêmica do ambiente era orientada principalmente pela militância política, que se dava por meio de clubes e organizações nas quais os estudantes se agrupavam. Júlio de Castilhos, futuro governador rio-grandense, foi um ativo militante republicano em seus anos de estudante de direito, chegando a participar de um jornal republicano chamado *A Evolução*, no qual participaram outras figuras que se tornariam proeminentes como Assis Brasil. Neste ambiente também foi fundado o Clube Vinte de Setembro, agremiação destes estudantes mencionados e outros, voltada ao estudo e celebração da história do Rio Grande do Sul e da Farroupilha (GRIJÓ, 2010). Por este clube foram publicadas obras da historiografia rio-grandense como *História da República Riograndense*, de Assis Brasil (1882).

O fim do regime monárquico se deu com a Proclamação da República, evento realizado por militares brasileiros, sem participação dos partidos e movimentos republicanos que militavam em seu favor. A participação popular foi outro elemento limitado na Proclamação, algo que dificilmente seria problema para os cafeeiros paulistas republicanos, que tinham também restrições a esta participação. O recente regime republicano central, recém estabelecido, demandou tentativas de legitimação, dentre as quais a construção de um imaginário popular, tema de interesse especial para este trabalho, mas também passou a ser disputado por diferentes grupos políticos que defendiam o republicanismo de modos distintos. Destas facções, Carvalho (1990) destaca três, os jacobinos, chamados assim por se alinharem a uma solução republicana com características similares ao jacobinismo francês; os liberais, defensores de um modelo republicano federal similar ao dos Estados Unidos; e os positivistas, dentre os quais se situam boa parte dos militares que proclamaram a república, assim como os estudantes de direito que governariam o Rio Grande do Sul.

Entre as ideias para a república defendidas pelos positivistas pode se encontrar a condenação da monarquia como uma forma retrógrada de governo, em nome do progresso; separação entre Igreja e Estado; um poder executivo forte aos moldes ditatoriais; e a

incorporação do proletariado à sociedade moderna. A formação técnica e científica dos militares, assim como a necessidade do Estado como instrumento de ação política favoreceu sua adesão ao positivismo. Quanto à população rio-grandense, para além da formação positivista dos militantes republicanos encontrada nas faculdades de São Paulo, a popularidade da doutrina Comte também poder ser entendida pela tradição militar do sul brasileiro e características específicas da política e sociedade, que permitiram que esta se tornasse uma das mais influenciadas pelo positivismo (CARVALHO, 1990).

Após a Proclamação da República, os partidos republicanos que atuavam nas regiões brasileiras foram rapidamente alçados aos governos estaduais. Foram em geral compostos pelas oligarquias locais, muitas vezes já dominantes no período imperial, que chegaram ao poder sem enfrentar grandes problemas, mantendo estruturas de poder e mesmo partidárias já existentes. No Rio Grande do Sul, entretanto, o partido que assumiu o poder foi aquele dos jovens estudantes positivistas, não integrantes da oligarquia política tradicional e com divergências ideológicas em relação a ela, o que instantaneamente provocou conflitos. Ainda que sob um contexto distinto dos outros partidos republicanos estaduais, o PRR se manteve no poder durante todo o período da Primeira República, enfrentando a oposição da elite agrária e pecuarista, e integrou um pacto oligárquico nacional conhecido como "política de governadores", mantendo grande parte do tempo boas relações com os outros grupos republicanos. A hipótese de Céli Pinto (1986) é de que o PRR não detinha controle das relações coronelistas do Estado, que eram controladas pela oposição. Isto teria levado ao desenvolvimento de um projeto político não-oligárquico que respondeu a interesse de diferentes camadas sociais, não somente do estamento dominante. Para a manutenção do poder e desse projeto oposto à oligarquia rural, serviu a doutrina positivista Comteana de base para o estabelecimento de um estado autoritário e um aparato militar que permitissem a consolidação de sua hegemonia política no Rio Grande do Sul.

Entretanto, o tema da presença do sistema coronelista no governo do Rio Grande do Sul é controverso. A ausência de relações coronelistas se daria pelo positivismo político, cuja administração técnica teria promovido uma série de medidas de desenvolvimento econômico capitalista. Gunter Axt (2004) identifica nesta perspectiva um erro de análise, que presumiria uma correspondência muito imediata entre os discursos oficiais do PRR e sua prática política, devido ao uso principalmente de fontes oficiais para as pesquisas históricas. Para Axt, o Rio Grande do Sul integrou o sistema coronelista de poder, ainda que com características muito específicas. A intervenção do espaço público no privado, por meio de fraudes, clientelismo e

corrupção esteve presente no Rio Grande do Sul como no resto do país, mas se manifestou de forma institucionalizada, por meio da Brigada Militar, Parlamento e Poder Judiciário. Ainda assim, havia a atuação de coronéis locais na obtenção de votos em eleições. A ordem interna do partido foi mantida, mas com certa cisão que permitia ao governo estadual um maior controle sobre o poder municipal, algo que por vezes levou a intervenções nos municípios. As zonas coloniais² eventualmente também representaram ameaças à ordem estabelecida, demandando negociações que as mantivessem parte da rede de compromissos que constituiu o governo do PRR. Este equilíbrio de poderes manejado pelo governo demonstrou um coronelismo próprio do sul brasileiro.

Para além do coronelismo, Axt identificou também conflitos de caráter econômico nas disputas de poder no Rio Grande do Sul, além do elemento ideológico entre as duas principais facções. Uma aliança com frações de charqueadores e comerciantes, principalmente das regiões mais próximas ao litoral, foi importante para a base do poder do PRR, enquanto estes produtores buscavam interesses como a valorização do charque e repressão ao contrabando. A incorporação do proletariado à sociedade moderna não foi promovida em todo o Estado, nem a industrialização, que se concentrou na região urbana-litorânea, assim como o apoio ao governo federal contrário à industrialização. Estes elementos demonstram algumas contradições entre o discurso do PRR e sua prática política.

Joseph Love (1975) indica como tanto Júlio de Castilhos como Borges de Medeiros intervieram múltiplas vezes em eleições municipais, prerrogativa que era garantida por leis elaboradas pelo próprio governador. Entretanto, "apesar de todas as forças em seu comando, o PRR não podia manter seu monopólio de poder, sem a intimidação, a violência e a fraude" (LOVE, 1975, P. 84). As fraudes eleitorais eram realizadas de diversas formas, mantendo uma aparência democrática enquanto os resultados municipais eram distorcidos. A ausência de voto secreto também permitiu o uso da coerção e ameaças, tanto por meio da Brigada Militar como pela chantagem e risco de perda de cargos. A principal distinção apontada aqui do sistema de relações coronelistas rio-grandense para o resto do país está na participação da

² Regiões do Rio Grande do Sul assentadas por imigrantes europeus no século XIX e começo do XX, principalmente italianos e alemães, mas também outros grupos como eslavos e judeus. Sua ocupação se deu em grande parte do território do Estado, sendo algumas áreas com notória presença de imigrantes as regiões centro-leste e nordeste do estado. O norte rio-grandense, posteriormente, também recebeu grande número de imigrantes.

Ver: CUNHA, Jorge L. "Imigração e colonização alemã" in: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006, Vol. 2 (Império), p. 279-300.

FAVARO, Cleci Eulalia. "Os italianos: entre a realidade e o discurso" in: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006, Vol. 2 (Império), p. 300-319.

figura que produzia as eleições em favor do governo. No caso rio-grandense, esse ator em favor do governo ocupava uma posição na estrutura partidária, e estava diretamente subordinado a ordens de seus superiores, dando origem àquilo que Love chama de "coronel burocrata". A autoridade dos líderes do partido deveria ser obedecida estritamente, sob risco de substituição de cargos, gerando uma disciplina partidária rígida. Estes coronéis burocratas eram em geral membros das elites municipais, mas por vezes foram oriundos da classe média. O elemento em comum destes atores foi o fato de atenderem aos interesses da direção partidária.

1.1. O período de consolidação republicana

Após a Proclamação da República, o Rio Grande do Sul teve alguns anos iniciais de instabilidade política, em que mais de uma dezena de políticos ocuparam o governo. O PRR naquele momento não foi a única força política, e apesar de disputar o novo governo e ter Júlio de Castilhos e João Abbot como presidentes do estado, esteve sob forte pressão e com dificuldades de manutenção das posições de poder. Sucessos políticos iniciais relevantes somente foram obtidos pelo PRR em 1890 e 1891, com eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e a Assembleia Regional, respectivamente, por meio de fraude eleitoral (PINTO, 1986, p. 17). Pouco tempo depois, o governo teve de enfrentar a guerra civil contra a oposição, o que pode caracterizar, de um modo geral, a década de 1890 como um período de consolidação do PRR no poder. Três elementos marcaram este período inicial do PRR: "1. a fraqueza do PRR na região enquanto representante de forças políticas; 2. a mobilização das antigas forças monárquicas em uma nova alternativa republicana; 3. a posição ambígua do governo federal em relação ao PRR" (PINTO, 1986, p. 18).

A partir desta fraqueza do partido na região é construído um discurso que se centra na sua equivalência com o próprio regime republicano, de forma que ameaças ao governo seriam ameaças à República, e toda forma de oposição seria identificada com tentativas de restauracionismo monárquico. O discurso oficial do PRR sempre foi marcado pela doutrina positivista, destacando a eficiência administrativa do governo, a qual se basearia em princípios morais, e à sua composição por quadros que não pertenciam à elite oligárquica regional, os quais, formados em uma sólida educação política e filosófica, seriam os mais aptos à gestão pública (PINTO, 1986). Esses elementos discursivos se referem aos pronunciamentos do partido perante a população rio-grandense.

A Federação, veículo de imprensa do PRR, foi um importante meio para a difusão das ideias republicanas positivistas e de seus posicionamentos no estado. Fundado em 1884 como um braço do PRR, para além da difusão do discurso partidário, serviu inicialmente ao papel de comunicação e coesão entre os diversos clubes republicanos presentes na região. Miriam Rossini aponta como Júlio de Castilhos, já com experiência na imprensa durante seus anos de estudante em São Paulo, rapidamente se tornou um jornalista do *A Federação*, e no mesmo ano assumiu como redator-chefe, mantendo-se neste cargo até 1891. Inicialmente foi uma publicação pequena e pouco sustentável financeiramente, tendo sido redigido e financiado quase exclusivamente por Júlio de Castilhos. Neste veículo desenvolveu suas polêmicas com políticos e intelectuais do seu tempo, criticou a monarquia e os partidos monárquicos, e compreendeu a utilidade do veículo jornalístico na vida política. A partir do controle do PRR sobre o governo estadual, o órgão seguiu em uso, diretamente ligado à administração pública, divulgando as doutrinas positivistas e republicanas e servindo como um articulador da política republicana no Rio Grande do Sul, atuando como uma espécie de Diário Oficial do governo. Existiu desde os primórdios do movimento republicano até seu fechamento em 1937 (ROSSINI, 2015).

Se o *A Federação* pode ser visto como um braço jornalístico ou comunicativo do PRR, desde o período da propaganda republicana até o fim do governo, cabe analisar outros braços ou instituições que serviram à consolidação e manutenção do poder, face às adversidades impostas pela oposição. A Brigada Militar foi o aparato policial profissional construído pelo governo para combate à oposição e garantia da ordem imposta. Os investimentos públicos com a Brigada Militar estiveram junto à instrução pública como os mais elevados do orçamento, e para além destes altos custos o governo rio-grandense teve de enfrentar dificuldades com a administração central brasileira, que via de modo negativo a existência de um aparato militar robusto sob comando de um partido estadual. A defesa da ampliação do efetivo da Brigada Militar foi feita por Júlio de Castilhos e seus correligionários com base na defesa do federalismo como modelo de República, no ataque à violação da autonomia estadual como um ataque à República, e na suposta importância da Brigada como resistência a grupos monarquistas (PINTO, 1986).

Outra esfera de atuação do governo republicano rio-grandense foi sua relação com o poder central brasileiro. Esta relação, no período inicial, é marcada pela defesa do federalismo e autonomia dos estados quanto aos assuntos internos. Seria imperativa, segundo Júlio de Castilhos, a independência econômica regional, como uma garantia do princípio federativo.

Um dos possíveis riscos para o PRR seria uma aliança entre a oposição liberal rio-grandense e o governo federal, que poderia facilmente destituir o partido de seu governo no estado. Daí decorre a necessidade de aceitação pelo PRR das decisões da Assembleia Constituinte, e de inserção em um pacto das elites regionais, junto a um governo central de ideologia liberal, com políticas frequentemente opostas àquelas defendidas pelos positivistas rio-grandenses (PINTO, 1986) . Por meio de uma série de medidas se constitui, então, a garantia do apoio do governo brasileiro ao governo positivista rio-grandense, que foi necessário para a sua manutenção no poder.

O modelo político defendido pelo PRR, distinto da república liberal brasileira, pode ser visto na Constituição do Rio Grande do Sul, de 1891. Este documento delineou um Estado nos moldes positivistas defendidos por seus governantes, muito similar a um projeto de constituição para o Brasil apresentado pelo Apostolado Positivista do Brasil. Neste modelo constitucional desenhou-se uma república ditatorial na qual o presidente/ditador controlaria os poderes executivo e legislativo, deixando à cargo da Assembleia dos Representantes atos como aprovação de orçamentos. Esta Constituição defendia o modelo federal de República para o Brasil, destacando a autonomia dos estados para possuir seu próprio modelo político, dada a realidade do Brasil não como uma única nação, mas um conjunto de nações sob uma união federativa (PINTO, 1986).

1.2. O Governo Borges de Medeiros e os Anos Finais

Com a morte precoce de Júlio de Castilhos em 1903, Borges de Medeiros se tornou rapidamente no novo líder do PRR, mantendo o autoritarismo de seu antecessor na liderança partidária e no governo estadual, apesar de não ter o mesmo carisma inspirador de fanatismo que tivera Castilhos. Ocorre nesse período a institucionalização do PRR, que se consolida cada vez mais no poder do estado, ao mesmo tempo em que se afasta da figura do seu líder fundador. Em 1907, Medeiros nomeia Carlos Barbosa como sucessor ao governo estadual, enquanto se mantém como liderança partidária, e vê seu candidato facilmente eleito pela máquina republicana (LOVE, 1975).

A preocupação central nos primeiros mandatos de Borges de Medeiros "foi de criar condições de legitimação do partido frente à população do Rio Grande do Sul" (PINTO, 1986, p. 45). Os elementos observados no discurso oficial neste momento são a defesa das instituições rio-grandenses e da autonomia estadual, e a harmonia existente entre os órgãos do estado, que proveriam segurança, ordem e liberdade à população. No período anterior houve

uma busca por identificação destas instituições do governo rio-grandense, incluindo o aparato militar, com o regime republicano; já no governo Borges de Medeiros, a apresentação das instituições as associa primeiramente com a eficiência administrativa, e menos com o republicanismo em si (PINTO, 1986).

Essa “eficiência administrativa” presente nos discursos do governo foi contrastada com a precariedade do setor de obras públicas, com estruturas deficientes no interior do estado e mesmo em Porto Alegre, que tinha problemas de iluminação, água, esgoto e lixo nas ruas, assim como uma vida social limitada pela existência de poucos clubes, cafés e outros estabelecimentos (LOVE, 1975). Entretanto, apesar dessas deficiências, houve alguns esforços do governo no sentido do desenvolvimento econômico e da infraestrutura, centrados principalmente na política dos transportes. Algumas ampliações nas ferrovias e estradas foram realizadas, assim como posteriormente a nacionalização do porto e da barra de Rio Grande, políticas que visavam ao desenvolvimento econômico do estado.

O partido gradualmente construiu uma posição hegemônica, apelando para outros setores sociais que não a elite pecuarista da campanha, como os proprietários rurais do norte do estado e os setores urbanos (comerciantes, industriais, operários e setor de serviços) (PINTO, 1986). Durante todo este tempo o positivismo se manteve como ideologia dominante da vida intelectual na capital gaúcha, ainda que seja possível que o carisma de Júlio de Castilhos tenha conquistado mais apoiadores que a doutrina. Ao contrário do Rio Grande do Sul, a maioria da intelectualidade brasileira na República Velha já se posicionava contra o positivismo político do governo rio-grandense. Como um balanço do governo do estado neste período, aponta Love:

"Assim era o Rio Grande do Sul nos primeiros anos do século. Subdesenvolvido perante os padrões europeus e antidemocraticamente governado, dividia estas peculiaridades com os demais membros da Federação Brasileira. Castilhos havia construído uma máquina política assaz durável para sobreviver a uma guerra civil, comportando uma peculiar organização ditatorial, equiparável à organização do poder estadual." (LOVE, 1975, P. 112)

No período Borges, o estado mudou a postura em relação à oposição, passando da repressão total à permissão de representação minoritária na Assembleia dos Representantes e na Câmara dos Deputados, que se dá pela lei eleitoral de 1913. Esta mudança de postura serviu à construção de uma imagem democrática do governo do PRR e como munição para críticas ao Partido Federalista, que se abstinha das eleições. Esta legitimação da oposição serviu como ferramenta de desarticulação do discurso oposicionista, que se centrava no caráter ditatorial do governo, e foi possível diminuição das ameaças concretas ao governo, inclusive devido ao poderoso exército que detinha para garantir sua posição (PINTO, 1986).

Com relação ao proletariado urbano, que foi durante a história do Rio Grande do Sul pouco numeroso, a atuação do governo nas greves de 1917 demonstra a postura do governo. Céli Pinto afirma que a doutrina positivista orientou a relação com a classe trabalhadora nessas greves, a partir da máxima de Comte de “incorporação do proletariado à sociedade moderna”, que a autora lê como um afastamento das classes populares da política. Nos pronunciamentos de Borges de Medeiros n’*A Federação*, o movimento grevista é visto como legítimo, desde que mantenha a ordem pública. A autora também afirma que este tratamento demonstra uma diferença do PRR em relação aos governos oligárquicos, já que foi um posicionamento orientado por princípios doutrinários. Além disso, reforça seu argumento de o PRR constituir um partido não-oligárquico, o que o levaria a buscar apoio em outras classes não inseridas no coronelismo (PINTO, 1986, p. 68).

A última década da primeira república foi marcada pela segunda Revolução Federalista, última grande contestação do governo pela oposição, iniciada em 1923, e pela ruptura com o governo central brasileiro, que se iniciou nas eleições de 1921 (PINTO, 1986). O novo movimento oposicionista foi derrotado, e no plano discursivo houve um retorno à defesa das instituições republicanas, similar ao período de consolidação do governo. Enquanto no plano nacional, surgiria entre os quadros do PRR a figura de Getúlio Vargas. Nas eleições estaduais de 1927, Getúlio sucedeu Borges como o nome do PRR, sendo eleito e governando por poucos anos, até ter sua candidatura à presidência em 1929, e em 1930 liderar o movimento que destituiu o arranjo político que governara a primeira república brasileira.

Este panorama apresentado sobre o primeiro governo republicano do Rio Grande do Sul visa situar historicamente o governo de cujas políticas públicas foram produzidos os livros didáticos que serão analisados neste trabalho, assim como alguns debates sobre a política no período. Um elemento fundamental na compreensão deste governo foi a doutrina positivista, que forneceu orientações aos governantes para a elaboração tanto das estruturas governamentais como na condução das políticas. Não há um consenso sobre o caráter oligárquico ou coronelista do Partido Republicano Rio-Grandense, dada a composição do partido por classes sociais que não a elite pecuarista do estado, e a presença da doutrina positivista que propunha uma modernização conservadora da sociedade. Além disso, o coronelismo mais observado na primeira república seria visível na oposição ao governo, que dominava as relações de poder nas regiões fronteiriças. Entretanto, autores como Axt e Love afirmam a existência de um sistema de relações coronelistas, ainda que de uma forma própria, mais institucionalizada. A atenção à análise do discurso oficial do PRR, central no livro de

Céli Pinto, ainda que criticada por Axt como uma fonte parcial para a compreensão do governo, é de interesse para esta pesquisa, que visa analisar elementos para a construção de um imaginário republicano alinhado ao governo, os quais muitas vezes se fundamentam e se apresentam no discurso oficial das autoridades do estado. A partir destas linhas gerais desenvolvidas sobre a administração do PRR, veremos o lugar da Instrução Pública neste período.

CAPÍTULO 2. A Instrução Pública Republicana

O movimento republicano do Rio Grande do Sul, ao assumir o poder estadual, herdou uma estrutura de ensino público desenvolvida no período imperial. A administração da educação na província era anteriormente realizada pelo Conselho Diretor de Instrução Pública, que teve seu diretor substituído com a Proclamação da República, mas se manteve em funcionamento até a reforma estadual do ensino em 1897. Sob o governo imperial, a adoção de livros didáticos cabia diretamente ao Diretor Geral da Instrução Pública, e os registros de compras de livros não dão certeza sobre seu uso prático no ambiente escolar, se destinado à sala de aula e aos estudantes, somente aos professores, ou apenas às bibliotecas das escolas (ALMEIDA, 2007, p. 29).

Após o fim do regime monárquico, segue o período de disputas e consolidação do novo governo no Rio Grande do Sul, marcado principalmente pela Revolução Federalista. Nesta época, os conselhos de instrução pública se viram divididos entre as correntes políticas em disputa, e Maximiliano Almeida (2007) menciona processos de acusação a docentes que supostamente teriam defendido ideias associadas ao movimento federalista, em oposição ao governo. Durante este período de guerra civil, a reforma institucional republicana do ensino foi adiada. Próximo ao fim da guerra civil, no ano de 1895, os seguintes objetivos do ensino foram indicados pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, demonstrando ideias que acompanhariam a construção da educação positivista republicana:

Formar eleitores através da alfabetização, aculturar imigrantes europeus nas colônias do Estado; qualificar o eleitorado através do ensino cívico, formando-o crítico, suficientemente, para rejeitar as propostas políticas que divergissem do republicanismo do PRR e disciplinado o bastante para não questionar as fraudes eleitorais do partido. (ALMEIDA, 2007, p. 32)

A educação castilhista investiu na expansão do ensino, por meio da construção de escolas, mudanças nos conteúdos pedagógicos e ampliação das leituras escolares. O método de ensino tradicional foi mantido, mas a disciplina de história teve seu foco voltado ao ensino cívico, entendido como um ensino ligado à identidade republicana, dedicação à pátria e conduta moral. Esta proposta de ensino está ligada aos pressupostos positivistas apontados por Berenice Corsetti (1998), que propõem o desenvolvimento de uma sociedade racional alicerçada na educação moral e no trabalho. A educação, juntamente à moral e a ciência, seriam meios para o controle social e veiculação ideológica do governo, em direção ao “bem comum” (CORSETTI, 1998).

A pesquisa de Almeida (2007) analisou relatórios da instrução pública, que indicaram, para além das mudanças já mencionadas, uma insatisfação por parte das autoridades com a

bibliografia didática disponível no estado voltada ao ensino cívico, que também serviria de instrumento político legitimador do governo republicano. Nesta época foram aprovados pelo Conselho o livro de João Maia, *História do Rio Grande do Sul* (1898), e o livro de José Pinto Guimarães, *O Rio Grande do Sul para as Escolas* (1896), o qual trazia em seus últimos capítulos alguns conteúdos de história do estado. Ainda assim, a produção bibliográfica era vista como insuficiente, e seria ampliada nos anos seguintes. Quanto à história didática do Rio Grande do Sul, Sergio Ricardo Pereira Cardoso (2006) destaca cinco obras publicadas na Primeira República: Os já citados João Maia (1898) e José Guimarães (1896); os outros dois livros que servem de fonte a este trabalho; *História do Rio Grande do Sul para as escolas públicas do Estado*, de Stella Dantas de Gusmão (1911); *Chronologia da História Riograndense*, de Afonso Guerreiro Lima (1916); e *História da Minha Terra*, de Jorge Salis Goulart, publicado em 1928, já próximo ao fim da Primeira República.

Após os turbulentos anos iniciais da República e a consolidação do PRR no poder, a atuação política do partido pode ser compreendida pela articulação de quatro aspectos ou áreas de atuação: "a intervenção da bancada gaúcha no parlamento nacional, a atuação do governo gaúcho a nível estadual, a mediação com a Igreja Católica e a construção de um imaginário republicano criador da "consciência nacional" (CORSETTI, 1998, p. 59). A atuação no âmbito nacional quanto à educação pública se deu principalmente por Pinheiro Machado, de uma maneira bastante fiel ao programa do partido, em defesa de uma série de pautas que podem ser entendidas como parte de uma proposta de "liberdade de ensino". Entre elas, estão a defesa do ensino técnico-profissional, a laicidade, liberdade e gratuidade do ensino primário e supressão de privilégios acadêmicos. Esta atuação no Congresso Nacional garantiu uma menor intervenção federal na instrução pública do Rio Grande do Sul, assim como deu espaço para a expansão da iniciativa privada no setor, outro aspecto presente nas políticas de ensino do governo rio-grandense (CORSETTI, 1998).

Quanto à atuação do governo no Rio Grande do Sul, propõe-se que a instrução pública também serviu para o projeto de modernização capitalista do Estado, a partir de uma série de medidas: expansão do ensino público; estímulo ao ensino técnico-profissional; nacionalização do ensino; uso da escola na saúde, com a formação da consciência sanitária; subvenções escolares e relação com municípios; centralização e uniformização pedagógica; controle do ensino público e mais liberdade ao privado. Percebe-se o desenvolvimento de políticas educacionais que podem possibilitar uma melhor adaptação da sociedade em formação ao

mercado capitalista, parte do projeto de modernização realizado pelo governo (CORSETTI, 1998).

O terceiro aspecto da política educacional rio-grandense, a relação entre o PRR e a Igreja Católica, foi importante para ambos. A Igreja se via em um momento de crise e perda de poder com o início da República, principalmente devido à separação entre Igreja e Estado. Já o PRR buscava conquistar maior apoio entre católicos em zonas coloniais, classes médias e proletariado, em grande parte ligados à Igreja, o que tornava interessante a colaboração entre ambas instituições. Apesar do interesse mútuo, no campo educacional houve tensões e disputas entre ambas, com a busca do governo pela nacionalização e expansão do ensino público em todas as regiões, enquanto a Igreja defendia suas escolas e seu papel no ensino.

O quarto aspecto da atuação do PRR na instrução pública indicado pela autora é a construção de um imaginário republicano criador de “consciência nacional”. Tal aspecto será melhor analisado à frente, dado que é central para o trabalho presente; mas ao observar os aspectos políticos do campo educacional, cabe destacar como a autora identifica nesse processo um meio para a legitimação do próprio governo:

A compreensão da política educacional implementada pelos dirigentes gaúchos implica na percepção de outro de seus ângulos, ou seja, a construção do imaginário social que, tendo a escola como instrumento primordial, foi elaborado com a finalidade de projetar os valores indispensáveis à consolidação do modelo capitalista de sociedade, defendido solidamente pelos republicanos positivistas. Esta projeção implicou em dar relevância à construção de uma subjetividade que, em paralelo ao processo concreto de modernização proposto, atuou na direção desejada pelos dirigentes do Estado, ou seja, dar suporte de legitimação e adesão ao projeto que estava sendo implantado. (CORSETTI, 2006, p. 5)

Quanto à organização política institucional do ensino, sua forma era vertical e hierárquica, com a direção competente ao Presidente do Estado, por meio do Secretário do Interior e Exterior, aos quais era subordinado o Inspetor Geral da Instrução Pública, do qual dependiam todos inspetores, diretores e professores. A partir de 1911 o cargo de Inspetor Geral foi extinto e esta atribuição voltou à Secretaria do Interior e Exterior, garantindo ainda maior centralização da política de ensino. Foram criados conselhos escolares para inspeção de diversos aspectos da estrutura escolar, os quais depois evoluíram para delegacias escolares, enquanto as estruturas administrativas foram sendo aprimoradas. Estas estruturas foram se desenvolvendo e adequando à política educacional republicana (CORSETTI, 1998).

Os regimentos internos escolares analisados por Corsetti informam que a escola era posta em uma certa "camisa de força", devido às determinações do governo, que visavam atender aos princípios do projeto de desenvolvimento do Estado. Esta intervenção possivelmente contraria o princípio positivista pedagógico de "ensinar quem quiser, onde

quiser e como puder". A instrução deveria possibilitar o exercício do voto, e desenvolver aspectos físicos, morais e intelectuais. O ensino era dividido em elementar e complementar, o que demonstra o entendimento do que era necessário ensinar aos segmentos populares enquanto educação elementar, e aquilo que seria reservado como complemento a grupos aos quais fosse de interesse. Destaca-se também o controle disciplinar para o "adestramento" dos jovens, forma de adequação ao comportamento exigido pela ordem social e política moderna, por meio do controle disciplinar e hierárquico, vigilância e punição de comportamentos indisciplinados, adequando os hábitos dos estudantes aos moldes desejados. Ainda se observa a preparação para o mercado na prática das "caixas escolares", exercícios de poupança e aplicação financeira, nas quais era incentivado o assistencialismo, mas sobretudo eram trabalhadas práticas de inserção no mercado capitalista (CORSETTI, 1998).

A expansão do ensino público demandou força de trabalho, na forma de professores. Na Primeira República, o perfil dos professores dos principais centros urbanos do estado esteve diretamente relacionado ao processo de ampliação da rede escolar, com a formação e contratação de novos profissionais. Já nas zonas coloniais e predominantemente rurais, há um fenômeno ligado à falta de terras para toda a população, que leva muitas pessoas a procurarem outras áreas de atuação, sendo uma delas a docência. Esta também foi um espaço especial para a inserção da mulher no mercado capitalista, que se tornou a figura privilegiada para o ensino do magistério. Há, porém, uma contradição entre a posição de importância ocupada pela classe docente nos discursos do governo e a centralidade da educação para o PRR frente à baixa remuneração no período, dado que eram exaltados os valores cívicos e morais da docência, sem o acompanhamento de uma boa valorização econômica do trabalho. Estes baixos salários, entre os menores do serviço público, fazem sentido quando se constata o baixo custo com que se realizou a grande expansão do ensino público, gerando os "saldos positivos" das contas públicas que foram utilizados nos discursos do governo. As condições de trabalho eram também bastante desfavoráveis, com custos para o trabalho e acúmulo de tarefas administrativas pelos próprios professores. Sua formação era realizada na Escola Normal de Porto Alegre ou nas Escolas Complementares, mas Corsetti aponta que havia uma carência considerável na área.³ Apesar das escolas normais e complementares, a expansão do

³ Sobre a precariedade física das escolas: "[Arthur] Toscano descreveu o quadro das deficientes condições do ensino público na capital. A reorganização da instrução pública vinha, justamente, de encontro a essa realidade, pretendendo reverter a ausência de métodos pedagógicos, a carência e inadequação dos materiais de ensino e a baixa frequência dos alunos, através da laicização e da aquisição dos materiais de acordo com as novas exigências. [...] Note-se, também, que a perspectiva de solução para os problemas encontrados era de ordem material, bastando substituir os objetos precários por outros mais modernos. Recorreram os castilhistas às oficinas de móveis do presídio de Porto Alegre para suprir as demandas educacionais do Estado" (ALMEIDA,

ensino foi tamanha que demandou maior número de professores do que havia de formados, recorrendo-se então aos professores interinos, com menores salários e maior precarização do trabalho, principalmente no interior do estado. (CORSETTI, 1998).

Os estudantes das escolas públicas na Primeira República eram oriundos principalmente das classes subalternas do Estado. A preparação para o mundo de trabalho era vista como central na escolarização tanto por esse público discente como para o governo, de forma que os estudantes eram instruídos sob a lógica do capital, voltada ao trabalho. Havia a distinção da educação para a mulher, voltada ao trabalho manual, e a masculina, ao trabalho mecânico. Alguns dos alunos de mérito destacado, em geral não oriundos das escolas mais precarizadas, receberam auxílio para aprimorar sua educação na Europa, o que poderia demonstrar o caráter de elitização da educação do ensino.

O ensino público rio-grandense, durante a Primeira República, esteve diretamente relacionado ao processo de modernização capitalista, que demandou sua expansão, formação de trabalhadores e a incorporação da população a esta sociedade em construção, ainda que com diversas contradições. Os métodos de ensino e a organização das escolas refletiram tais necessidades, e a educação voltada à moralidade e ao civismo esteve ligada a estes objetivos. Por educação moral e cívica entendia-se o ensino a partir de ensinamentos e exemplos “bons”, que trabalhassem a identidade republicana e a dedicação à pátria. Entretanto, para além da formação de uma geração alinhada à modernização realizada pelo PRR, o elemento legitimador do governo esteve presente no ensino, como indicado por Corsetti:

A política educacional da época, portanto, jogou com a subjetividade inerente ao processo de construção da consciência coletiva, em paralelo ao desenvolvimento bastante objetivo que dava à modernização conservadora do Rio Grande. [...] Sem dúvida alguma, a importância conferida à educação merece destaque, sem deixarmos de perceber, todavia, que essa valorização teve, como objetivo central, a constituição de uma sociedade que devia se modernizar, nos parâmetros do sistema capitalista. (CORSETTI, 2006, p. 21)

2.1. A Política de Expansão do Ensino Público

Foi anteriormente mencionada a política de investimento e expansão do ensino público pelo governo do PRR. Este tema é de interesse por demonstrar a relevância atribuída à instrução pública pela administração, que via nela um meio para a consolidação de seus projetos. Foi também mencionado o papel da instrução pública na adaptação da sociedade ao modelo capitalista, conforme Berenice Corsetti, assim como o uso da educação em diversos

2007, p. 71). Sobre os problemas de formação de docentes: "Sob o ponto de vista da formação didático-pedagógica dos professores, a questão constituiu-se em elemento problemático, dado que esses professores foram formados pela tradicional Escola Normal de Porto Alegre ou nas Escolas Complementares, tendo tido uma preparação com sérias limitações, especialmente do ponto de vista metodológico." (CORSETTI, 1998, p. 69)

meios como uma forma para a legitimação do governo. Aqui será resgatada também a análise de Corsetti sobre o orçamento público do governo estadual frente à educação, e como ele foi utilizado para a consolidação da educação pública de todo o governo do republicano, para que se possa compreender melhor as relações políticas em torno do ensino público.

A política de expansão do ensino pode ser situada no âmbito da modernização conservadora realizada pelo partido no governo estadual. Corsetti (2002) indica a presença de dois elementos para essa expansão: em um primeiro momento, o foco principal na legitimação e consolidação do governo republicano no poder, e posteriormente um foco maior no Estado enquanto desenvolvedor da infraestrutura e de condições favoráveis à acumulação do capital. Esse último aspecto vai ao encontro da visão do PRR como um partido representante de segmentos dominantes economicamente no Rio Grande do Sul, ainda que não a elite pecuarista das regiões de fronteira, mas uma elite urbana e rural de outras áreas do estado. Ainda assim, pela atuação em prol da própria legitimação se observa também a busca pela construção de uma harmonia social entre as classes, ainda que principalmente fosse representado o estrato dominante.

O ensino público ocupou posição central nos gastos públicos do governo rio-grandense, principalmente em seus primeiros anos. Na maior parte da primeira década de 1900 as despesas com a instrução pública representaram mais de 20% dos gastos do governo, e em muitos desses anos foi a área que recebeu a maior quantia, sendo raras vezes superada pelas despesas com a Brigada Militar. Nos cinco anos que seguiram a Revolução Federalista, a Brigada ainda recebeu os maiores investimentos no orçamento, mas foi logo ultrapassada pela Instrução Pública a partir de 1900. Dado o esforço de legitimação e consolidação da administração, principalmente nos primeiros anos, o fato de a educação pública receber maiores somas que a força militar encarregada da defesa do governo indica a prioridade dedicada ao setor. A razão para isso, compreende-se aqui, foram os dois aspectos vitais ao governo já salientados, a modernização conservadora voltada à expansão capitalista e a busca por legitimidade e consolidação do governo republicano. Entretanto, apesar de vastas quantias investidas em educação, a realidade do ensino foi em geral ainda consideravelmente precária. Os salários seguiam a estrutura hierárquica da política estadual, com os melhores pagamentos reservados a professores da Escola Normal e escolas complementares, e salários considerados baixos aos professores primários, a grande maioria do corpo docente, que passou por muitos anos sem aumento (CORSETTI, 2002).

Um elemento fundamental para o entendimento do trato orçamentário do PRR é a política de saldos positivos praticada com as contas públicas, anteriormente mencionada. A análise da arrecadação (CORSETTI, 2002) demonstra que nos anos iniciais a receita do governo era consideravelmente maior que a quantia orçada. Isto aparecia nos discursos do PRR como uma consequência da eficiência administrativa deste governo. A subordinação das despesas à receita gerou superávit no orçamento, observado em muitos anos da primeira gestão republicana. As receitas na arrecadação ainda eram frequentemente subestimadas, com a possibilidade de saldos ainda maiores, e frequentemente estas arrecadações positivas não eram plenamente utilizadas no orçamento e nos serviços públicos, mas acabavam sendo direcionadas a despesas extraordinárias, e o próprio orçamento servindo como mecanismo político à administração.

Essas verbas extraordinárias obtidas na gestão econômica do governo rio-grandense não serviram apenas ao discurso de eficiência administrativa do PRR, mas foram recursos propositadamente liberados e aplicados em outras áreas de interesse. Parte dessas verbas foi destinada à realização de obras públicas, que contribuíram para as atividades da iniciativa privada. Relacionada também à facilitação da expansão capitalista estava a destinação de recursos públicos a institutos técnico-profissionais e a escolas superiores, e se observa o apoio à iniciativa privada também no campo educacional. Este apoio governamental ao ensino voltado diretamente ao mercado, especialmente privado, se fez presente na gestão republicana:

Portanto, a organização do setor educacional, com as características evidenciadas no plano da destinação dos recursos públicos, sofreu a vinculação que mais uma vez aponta para a diferenciação dos saberes. Ou seja, era possível e legítimo, segundo a concepção que orientou a práxis governamental, retirar-se recursos necessários à educação pública primária para desenvolver a educação técnica e superior de cunho privado, desde que isso servisse ao projeto político dos dirigentes do momento. (CORSETTI, 2002, p. 211)

2.2. Os conteúdos escolares

O ensino público primário do Rio Grande do Sul foi reformulado em 1897, substituindo o programa da Província de São Pedro de 1883. Este programa do Império era profundamente vinculado ao catolicismo, e nele se destacava o ensino de história sagrada: história bíblica do livro do Gênesis a Jesus Cristo. No plano político, tratava-se da história do Brasil do descobrimento português no século XV até a ascensão do Partido Liberal em 1878. A rejeição política tanto ao catolicismo quanto aos liberais tornava necessária aos positivistas recém instalados no governo a reforma dos conteúdos (CORSETTI, 2000).

A abordagem didática na escola buscava incorporar o positivismo ao campo educacional, com o método empírico da ciência, em contraposição aos métodos utilizados anteriormente pela Igreja Católica. Foram criados programas escolares elementares, com introdução da perspectiva científica e eliminação de elementos metafísicos, que serviam não apenas à adoção do positivismo no âmbito escolar, mas também permitia maior controle sobre o ensino, dada a diversidade de formação pedagógica do corpo docente rio-grandense. Havia destaque para o caráter prático nas disciplinas, e um movimento em que se iniciava com o simples e próximo dos alunos, para partir ao complexo e abstrato. Além disso, aspectos doutrinários republicanos e positivistas estavam presentes na instrução moral e cívica, que era tida com grande consideração pelas autoridades, e não teve um curso especial dedicado para a área, pois deveria ser contemplada em todas as áreas do ensino. Elementos doutrinários do ensino republicano são destacados por Corsetti:

Além disso, os conhecimentos previstos eram os que interessavam ao projeto republicano, ou seja, desde a reafirmação das datas cívicas, dos aspectos relacionados aos deveres dos alunos, das questões relativas aos aspectos políticos como o exercício do voto, a apologia republicana, a importância das leis e dos impostos, enfim, aspectos doutrinários que era do maior interesse dos positivistas garantir no âmbito da escola pública. [...] Dessa forma, a política educacional republicana se realizava também através dos programas escolares, reforçando o imaginário social favorável à consolidação do projeto dos positivistas que comandavam o Estado. (CORSETTI, 2000, p. 180)

No século XIX ocorreu a ascensão das doutrinas raciais, e a escola pública rio-grandense teve influências dessas ideias. Defendidas por positivistas da época, surgiram propostas no Brasil de eugenia e teorias racialistas que relacionavam características físicas à moralidade. Surgiu então uma relação entre políticas de saúde e higiene, com as ideias de aprimoramento da raça, por meio da eugenia. Estas doutrinas acabaram por influenciar atividades nas escolas, principalmente nos conteúdos de ciências e educação física. As aulas de educação física foram marcadas pela busca do aprimoramento físico cada vez mais intenso, assim como pela existência de fichas antropométricas de alunos e sua seleção com base na saúde física, e pela rejeição de alunos com problemas de saúde, como doenças infecto-contagiosas ou “defeitos físicos” (CORSETTI, 2000, p. 184), criando condições para a existência também de uma possível exclusão racial mascarada por estes critérios de saúde.

A preparação para o mercado é uma característica fundamental já mencionada da instrução pública republicana rio-grandense. Nas escolas em zonas rurais houve uma ênfase considerável nos conteúdos práticos de agricultura e do trato da terra, sem grande ênfase no conhecimento científico, o que denota a diferenciação de saberes praticada no âmbito escolar. A introdução dos trabalhos manuais e ensino de escrituração também se relacionam a uma

preparação para o mercado, mas no ambiente urbano, refletindo a realidade econômica do Estado no período, com a presença também de conteúdos da valorização da propriedade privada. Os conteúdos científicos e técnicos foram adotados para a formação de trabalhadores que iriam se inserir em um contexto capitalista, demonstrando uma preocupação com a incorporação desses discentes à lógica do capital. Porém, nos conteúdos vinculados à instrução moral e cívica, principalmente a história, se mantiveram os pressupostos metodológicos da igreja, ainda que de uma forma secularizada⁴. O ensino foi sempre voltado ao conhecimento prático, mais que ao conhecimento teórico, com o aprendizado baseado na memorização e realização de sabatinas para avaliação. Dessa forma, pode-se concluir que: "a escola pública rio-grandense foi o resultado de um processo que privilegiou não o campo educacional, mas o desenvolvimento econômico do Estado, aos moldes capitalistas" (CORSETTI, 1998, p. 72).

2.3. O imaginário coletivo republicano dentro e fora das escolas

A construção do imaginário coletivo republicano permitiu ao PRR a conquista de uma hegemonia ideológica legitimadora do poder do partido. Esse processo teve no ambiente escolar um espaço fundamental, em inúmeras práticas e discursos que envolvem a disciplina de história, assim como outras áreas dentro e fora da sala de aula. Corsetti (2006) analisou alguns elementos de construção do imaginário, por meio de relatórios do governo e pela legislação, seguindo a proposta metodológica de José Murilo de Carvalho, focando em quatro elementos principais de construção subjetiva: o mito da origem; o mito do herói; os rituais; e os símbolos. Sua análise é de interesse para a pesquisa presente, por observar elementos que contribuíram ao desenvolvimento dos mitos republicanos. O trabalho presente pretende fazer uma análise em parâmetros similares, mas centrada nos livros didáticos da disciplina de história.

O discurso legitimador republicano do PRR se baseou muito na afirmação de valores cívicos republicanos e no contraponto e denúncia aos valores da oposição liberal, "como a transparência no trato da coisa pública, a moralidade administrativa, as virtudes dos líderes, a

⁴ "Portanto, se confrontarmos a orientação adotada no programa de história dos tempos do Império com os adotados na República, o que vamos detectar é que a diferença fundamental situa-se no fato de que, para o ensino público rio-grandense, uma parcela dos heróis havia "descido dos Céus", o que quer dizer que, ao invés de iniciar o tratamento dos temas históricos com a inserção de narrativas bíblicas e personagens da história sagrada, os vultos destacados para servir de modelo representativo das virtudes da nação eram, na República, apenas os "seres da Terra", a maioria também ressaltados no programa de 1883. O idealismo cristão deixou de estar presente nos conteúdos históricos, mas a lógica dedutivista que o orientou permaneceu absoluta nos programas implementados pelos positivistas nas escolas públicas gaúchas." (CORSETTI, 2000, p. 189)

excelência do regime, a defesa intransigente da Constituição" (CORSETTI, 2006, p. 6). O primeiro elemento de construção do imaginário analisado por Corsetti foi o mito de origem, ou seja, a perspectiva republicana sobre as origens da República, que conferia legitimidade ao governo. Este se deu em parte por meio do ataque à oposição liberal e negação de seu republicanismo, com a identificação desta oposição à monarquia e tentativas reacionárias de restabelecimento do regime anterior. Esta abordagem discursiva também foi percebida por Céli Pinto (1986). Viu-se a defesa do progresso, contrário à monarquia e a oposição liberal, os quais representariam as forças retrógradas, assim como um apelo ao poder executivo forte e centralizado, nos moldes desenvolvido no governo do PRR.

Estes elementos não estavam presentes necessariamente apenas na escola pública, mas na imprensa republicana e nos discursos oficiais. Mas há um aspecto que deve ser ressaltado: a afirmação da instrução pública como uma obra do regime republicano no poder. Esta instituição seria uma das principais realizações do governo. Devido ao projeto de incorporação do proletariado à sociedade moderna capitalista, a instrução pública detinha este papel de formação e preparação dos cidadãos na sociedade em processo de modernização. Sendo assim, "A escola pública, como obra dos positivistas, situou-se na raiz do mito de origem da República no Rio Grande do Sul" (CORSETTI, 2006, p. 9).

O segundo elemento examinado, que é de grande importância para a construção mitológica, são os mitos dos heróis. Não faltaram nomes para a construção do "panteão cívico" da nova república, com diversas figuras do passado e presente brasileiro. Corsetti menciona a construção de monumentos, como a estátua do Marechal Floriano Peixoto, e os monumentos para Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado. Ruas foram batizadas com nomes de lideranças republicanas ou figuras históricas reivindicadas pelos republicanos. O ensino a respeito destas figuras se fazia presente no âmbito escolar, algo que será reforçado à frente pela análise dos livros didáticos, e a relação com a Igreja Católica se fez presente novamente, com a inclusão de santos católicos entre os heróis, a serem tomados como modelo de perfeição a ser buscada, assim como outros modelos ligados ao catolicismo, como Dante Alighieri. Do ponto de vista da doutrina positivista, este vínculo com o catolicismo tem também relação com um momento da maturidade de Auguste Comte, o principal filósofo positivista, que passou à direção da construção uma teologia ou religião positivista, em que se observa uma fusão dos elementos cívicos com os elementos religiosos.

O elemento ritualístico da construção mitológica é expresso aqui pelas festas escolares. Estas são apresentadas por Corsetti (2006) como rituais voltados à adequação de

condutas, integração social e propaganda dos valores republicanos. Prêmios eram distribuídos a alunos com mérito destacado, prática comum no ensino público do período. Foram eventos nos quais se homenageavam figuras mitificadas da política, com participação de políticos, intendentes, juízes, militares e outros funcionários públicos, possibilitando um momento da comunidade junto a seus dirigentes, reforçando a hierarquia, autoridade e legitimação do poder. A presença das famílias destes servidores públicos nestes eventos também poderia contribuir com a identificação da comunidade presente com as autoridades governamentais. Frequentemente estas festas foram grandes eventos, que lotavam salões e mesmo estádios de futebol (CORSETTI, 2006, p. 15).

O último elemento analisado são os símbolos oficiais, que foram utilizados em todas as solenidades e eventos. Os símbolos utilizados foram principalmente o hino e a bandeira do Brasil, e serviram como objetos para a identificação imediata e óbvia com os ideais e valores republicanos. Todos esses elementos que envolvem o universo escolar de diferentes maneiras contribuíram para o desenvolvimento de uma hegemonia ideológica na Primeira República. Dessa forma foi possível a afirmação de uma visão positiva e legitimadora do governo. O presente trabalho analisará estes elementos e outros em âmbito mais específico, o do livro didático, em busca de semelhanças, diferenças e outras características que possam estar ligadas à construção mitológica republicana, e com o destaque para temas centrais na construção do imaginário que não foram abordados na análise de Corsetti, como o passado Farroupilha e todos elementos simbólicos que o envolvem.

2.4. A disciplina de história no Império e na República

Alguns apontamentos sobre os conteúdos didáticos presentes na Instrução Pública rio-grandense já foram feitos, com um olhar amplo, sem foco em um curso ou disciplina específica. Passemos agora a uma revisão das discussões bibliográficas sobre os conteúdos da disciplina de história e sua trajetória de desenvolvimento, desde os anos finais do Império até o governo republicano. Berenice Corsetti menciona os conteúdos didáticos, principalmente presentes nas escolas até 1910, com um destaque principal para a relação da história apresentada no ambiente escolar com a historiografia oficial produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nesta instituição, historiadores ligados às elites econômicas e políticas teriam produzido conhecimentos ligados aos seus próprios interesses políticos, promovendo a difusão da história visando à consolidação de uma identidade nacional. A história seria apresentada nas escolas nos moldes estabelecidos neste instituto, com narrativas

históricas oficiais em cronológicas que abordavam os principais acontecimentos e personagens do passado nacional e regional (CORSETTI, 2000).

Corsetti sustenta a posição de que a disciplina de história se tornou um “instrumento de manipulação ideológica do PRR”. Afirma também que os conteúdos de história e das disciplinas que se relacionavam ao ensino de valores éticos, morais, sociais e políticos representaram uma forma de mediação política com a Igreja Católica, devido à manutenção do método dedutivista para a organização do conhecimento, e uma mesma forma de organização e de estrutura didática presente nas escolas religiosas. O presente trabalho não analisará as mudanças e continuidades das metodologias utilizadas na elaboração dos livros didáticos, mas os elementos políticos presentes nesta historiografia didática que demonstram como esta foi colocada “na perspectiva da difusão dos valores que interessavam ao grupo no poder do Rio Grande” (CORSETTI, 1998, p. 71), e como mediações com a Igreja Católica se fazem presentes para além do método didático.

Alguns dos apontamentos de Corsetti sobre a disciplina de história no período em questão podem auxiliar a uma melhor compreensão das fontes e do ensino neste período. Entretanto, uma análise em maior detalhe sobre o desenvolvimento da história enquanto disciplina escolar tanto antes como durante a primeira república é tema trabalhado por Cecilia Mombelli (2015), que nos auxiliará na reconstrução da trajetória da disciplina, para compreender o contexto escolar em que se situam os livros didáticos de história pesquisados. A perspectiva de Mombelli sobre o conhecimento escolar é de que este não consiste em uma simples transposição de conhecimentos produzidos em outras instâncias para o ambiente escolar, por meio de um processo de adaptação, ou mais pejorativamente, uma simplificação ou vulgarização desses conhecimentos. O saber escolar seria uma forma de conhecimento própria, e o ambiente escolar seria também produtor do conhecimento, não apenas um receptáculo reprodutor de saberes externos. Essa é uma abordagem de interesse para esta monografia, dado que dois dos livros didáticos pesquisados são de autoria de professores das escolas, demonstrando em parte este caráter da produção do conhecimento da escola, para a escola e a sociedade, ainda que em diálogo e relação com a produção historiográfica não voltada ao ambiente escolar.

A educação pública no período imperial após 1845 se desenvolveu em um contexto de institucionalização da educação pelo mundo, pelas noções iluministas de educação como a gratuidade, obrigatoriedade e laicidade da educação e o dever do Estado em provê-la, assim como pela necessidade de fortalecimento da identidade nacional brasileira. Apesar disso, o

investimento em educação era baixo e as escolas públicas tinham em geral um pequeno número de alunos e apenas um professor. Negros, livres ou escravizados, não tinham o direito de frequentar a escola, e muitas das famílias que poderiam ter acesso à educação não tiveram interesse em enviar seus filhos à escola, de forma que o número total da população atendida pela instrução pública foi muito reduzido. O ensino era centrado em letras básicas, contas, moral cristã e práticas civilizatórias. O ensino religioso esteve presente no currículo e a história era na maior parte das escolas abordada mais como um complemento à prática da leitura. O Colégio Pedro II do Rio de Janeiro serviu como referência para ensino de história nos liceus em que este ensino se desenvolvia. Houve uma nova legislação em 1858 que incorporou alguns elementos aplicados em escolas privadas do Rio de Janeiro ao ensino público, e aumentou as disciplinas, incluindo história, mas a realidade do ensino se manteve muito similar. Porém, a partir de 1870, com a expansão do capitalismo e industrialização, cresce a necessidade de ampliação e reformas na educação, assim como da criação de escolas para a formação de mestres (MOMBELLI, 2015).

No Rio Grande do Sul, a Escola Normal, primeira instituição de formação de docentes no estado, foi fundada em 1869. Na formação de professoras, a história era ensinada no primeiro ano como um auxílio à leitura, e no terceiro ano com mais atenção, e foco na história do Brasil e da província. O uso do termo professoras para se referir às estudantes da Escola Normal se dá pelo já mencionado caráter marcadamente feminino da docência no período, com grande predomínio de mulheres tanto como profissionais nas escolas como entre estudantes da Escola Normal. Uma das fontes pesquisadas por Mombelli sobre esta escola foi a revista publicada pelas normalistas, chamada de *O Estudo*, cujos textos publicados permitem compreender a visão das estudantes sobre a história. Como indica a autora:

Valorizava-se a ideia de pátria moderna e civilizada, provocando o sentimento patriótico em quem lia. A história se colocava, nesse ponto, como fundamental para valorizar o passado heróico da terra e seus grandes homens. A revista trazia, com frequência, alguns textos destinados a discutir o papel da história na educação, como peça importante para despertar o interesse dos jovens no seu país (MOMBELLI, 2015, p. 115).

Com o novo regulamento de 1876 houve modificação na organização política do ensino público, com a criação da Secretaria de Instrução Pública, ligada ao Presidente da província. Grande parte do currículo escolar anterior não foi alterado no regulamento novo, mas a história, principalmente do Brasil, passou a receber destaque maior. Nesta reforma foram adotadas características positivistas, como instrução moral e religiosa, preparação para o trabalho e disciplina rígida e exercícios iguais aos alunos; medidas, entretanto, com dificuldade de aplicação, pela deficiência na formação de professores. Esta reforma foi logo

sucedida por outra, em 1883, em meio ao contexto da nova elite da geração de 1870, inspirada em ideias novas como o positivismo e o darwinismo social. O novo programa voltava-se tanto à compreensão da realidade e preparação para o mercado de trabalho como para a formação e conhecimento sobre a política, Constituição e práticas eleitorais. A educação moral e cívica tinha destaque e era ligada à dimensão cristã presente no ensino da História Sagrada. Só em anos mais avançados começava o ensino da "história profana", principalmente em torno da história do Brasil a partir do descobrimento, passando por eventos importantes, como a Farroupilha, e encerrando na ascensão do partido liberal. As teorias racialistas bastante difundidas no período também se fizeram presentes na escola, principalmente nos conteúdos de geografia. De um modo geral, o que se pode perceber das reformas dos últimos anos do Império é a adaptação da escola frente à modernização do Brasil, que estava em curso (MOMBELLI, 2015).

Com o estabelecimento do governo republicano, foram mantidas muitas das noções do regulamento de 1883, como o caráter prático do ensino. Houve, porém, algumas mudanças típicas das ideias republicanas, como a remoção da História Sagrada, voltando a instrução moral e cívica aos direitos e deveres cívicos e compreensão das instituições. As influências positivistas na concepção de educação se mantiveram e reforçaram, como pela influência de Herbert Spencer, autor que via na educação o dever de desempenhar funções relativas às necessidades biológicas e luta pela vida. A escola deveria ser a instituição que educaria as crianças, o que demonstraria a ideia de uma incapacidade das camadas populares de educar moralmente suas crianças. Esta educação também seria fortemente marcada pelo aspecto já mencionado da busca pela incorporação da sociedade à industrialização nascente. (MOMBELLI, 2015). O ensino de história, nesse contexto, mantém a construção de identidade nacional e de um imaginário, com uso de biografias e narrativas de feitos históricos.

A História e a Geografia, além de seu conteúdo, deveriam dar atenção especial à Instrução Cívica (Regimento Interno das Escolas Elementares, 1898, p. 278). Os conteúdos eram direcionados para a compreensão do Brasil, realçando as suas riquezas naturais e os grandes acontecimentos históricos. Dessa forma, se despertava o sentimento nacionalista e o respeito pela pátria, tão importante para a consciência nacional." (MOMBELLI, 2015, p. 50).

2.5. Os Livros Didáticos na Instrução Pública

Este trabalho é um estudo de livros didáticos de história, uma produção bibliográfica e também historiográfica, que para além de apenas uma transposição de conhecimentos e perspectivas desenvolvidas na historiografia e no discurso oficial, também pode ser entendido

como, por um lado, uma forma própria de produção de conhecimento, que carrega em si ideologias e o potencial de produção de identidades, e ao mesmo tempo é um produto cuja elaboração é marcada por interesses concretos. Disto decorre que uma análise completa do livro escolar não pode se centrar apenas em seu conteúdo, mas nas relações que envolvem sua produção, como as políticas educacionais, o público específico, as formas de financiamento, os meios de divulgação, relação com editoras (MOMBELLI, 2015). O trabalho presente tem como objetivo central uma análise dos conteúdos dos livros didáticos, mas não deve perder de vista as relações políticas e econômicas que envolveram a produção das obras. Uma premissa do presente trabalho, também utilizada por Mombelli, é a função do livro didático como fonte histórica, que pode revelar uma grande riqueza de informações sobre seus autores, o contexto em que é produzido, a relação de quem o produziu com o passado e as formas de apropriação do passado, os propósitos políticos da instrução e os processos econômicos e sociais pelos quais a sociedade era atravessada.

Frente ao já mencionado contexto escolar do fim do Império e começo da República no Brasil, com a precariedade de grande parte das instituições escolares, assim como falta de professores e uma formação docente por vezes deficiente, o livro didático se tornou uma ferramenta fundamental para o ensino e mesmo para a formação dos professores. Esses livros eram fornecidos pelo governo desde a reforma de 1854, prática que foi mantida pelo governo republicano. Eram escritos frequentemente por funcionários públicos, e editados, produzidos e comercializados por grandes livrarias, mas apenas poderiam passar por este processo e chegar às escolas quando aprovados nos conselhos de instrução pública (ZALLA, 2022).

No período imperial se inicia a adoção de livros didáticos, inicialmente sem indicação de livros específicos, e a partir de 1860 com a nomeação específica de livros que seriam destinados às escolas. Há uma série de obras historiográficas que foram indicadas às escolas no período imperial, mas para o presente trabalho, que observa com maior interesse o âmbito do Rio Grande do Sul, cabe o destaque para os *Annaes da Província de São Pedro*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, única obra de história regional indicada na bibliografia durante o período imperial (MOMBELLI, 2015, p. 55). O Visconde foi o primeiro governante da Província de São Pedro, e os *Annaes* sua obra mais importante. Membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seu trabalho foi um dos pioneiros da historiografia regional, e se tornou referência para grande parte dos trabalhos posteriores, incluindo a historiografia didática republicana. Foi utilizado nas escolas até o fim do período imperial, apesar de não ser um livro produzido especificamente para o uso escolar,

já que somente com o advento da República seriam então produzidas as obras didáticas voltadas ao âmbito regional.

Com o estabelecimento do governo republicano, há uma gradual reorganização da estrutura política da educação pública, já abordada anteriormente. Quanto aos livros didáticos, há desde os primeiros anos da República um interesse pela sua produção tanto para preencher a lacuna de materiais didáticos como para disponibilizar livros voltados a uma formação para o novo modelo republicano. No período imperial, a escolha de livros didáticos coube ao Conselho de Instrução Pública, órgão subordinado à Secretaria de Negócios do Interior e Exterior. Este órgão se manteve com o advento da República, assim como as outras estruturas burocráticas do ensino que se mantiveram até a reforma de 1897. Entretanto, ainda que mantido o órgão, suas definições ideológicas foram modificadas por completo, em favor do novo governo (MOMBELLI, 2015, p. 62).

Almeida (2007) traz informações sobre os primórdios do Conselho sob o republicanismo a partir de relatórios das reuniões dos seus membros. Foram realizados debates sobre como se deveria dar a adoção dos materiais didáticos, dado que uma diversidade grande de manuais poderia prejudicar o controle doutrinário sob o ensino nas escolas. Uma reivindicação presente nas atas é a de livros de história e geografia do Rio Grande do Sul voltados à educação cívica, que no momento eram vistos como inexistentes e necessários. Uma das primeiras obras didáticas apresentadas ao Conselho foi produzida por um de seus membros defensores da linha castilhista, a *História do Rio Grande do Sul*, de João Cândido Maia, que foi o primeiro livro da disciplina a ser aprovado e direcionado às escolas públicas. Seu autor se absteve do voto na ocasião em que este foi aceito. Maia no mesmo ano foi nomeado ao cargo de inspetor regional da 7ª região escolar, sediada em Cruz Alta e responsável por todo o noroeste do estado. (ALMEIDA, 2007) O fato de o autor ocupar um cargo público na área aumentava consideravelmente as chances de seu material ser aprovado no Conselho e encaminhado às editoras (ZALLA 2022). Da mesma maneira, os autores que contribuíram com o projeto pedagógico castilhista foram recompensados:

Os livros didáticos adotados também participaram do processo de manutenção e atualização da memória castilhista. Na medida em que contribuíram para a construção de uma identidade republicana, pela formatação de narrativas e descrições do território, seus autores foram recompensados, sendo integrados à burocracia estatal, tornaram-se seus funcionários (ALMEIDA, 2007, p. 73)

Com essa organização política do ensino, o caminho percorrido pelo livro didático para sua adoção na rede pública era iniciado pela sua apresentação ao Conselho Escolar e, se aceito, passava ao Inspetor Geral. Os livros aprovados iam à impressão, eram registrados no

Livro de Atos de Adoção de Livros, e passavam a ser controlados por registros nos pedidos que eram feitos à Secretaria de Instrução Pública e pelo controle de recebimento de materiais em aulas públicas. Esse processo de seleção demonstra tanto a legitimação dos autores enquanto “sujeitos da doutrina republicana”, alinhados ao projeto castilhistas, assim como definia também os excluídos ou que não se ligaram a esse projeto político, que tiveram suas obras, portanto, rejeitadas e silenciadas (ALMEIDA, 2007).

Um exemplo de excluído da instrução castilhistas foi o autor regionalista João Simões Lopes Neto, que também escreveu livros voltados ao ensino. *Artinha de Leitura*, um manual de alfabetização, foi enviado ao Conselho e rejeitado; outro projeto foi *Terra Gaúcha*, um livro de história que se utilizava da narrativa ficcional para a exposição de temas da história rio-grandense. Este trabalho, assim como outros da época, partia da leitura como fundamento e priorizava o ensino de conteúdos morais e cívicos, com temas patrióticos que buscavam formar cidadãos republicanos. A rejeição de seu *Artinha de Leitura* no Conselho não indicou nenhuma crítica ao método pedagógico ou mesmo ideológico do livro, de forma que uma razão possível para esta rejeição do trabalho do autor seja o fato de este não ser um funcionário do governo nem ter, à época, obras reconhecidas publicadas, ou estar vinculado a academias ou instituições que o legitimassem intelectualmente (ZALLA, 2022).

Quanto aos livros que não enfrentaram a mesma rejeição de Simões Lopes Neto, e obtiveram aprovação nas instâncias do Conselho e do Inspetor, foram encaminhados às livrarias para edição e impressão. Inicialmente o livreiro Rodolpho Machado deteve o contrato com o governo para fornecimento de materiais escolares, utilizando oficinas tipográficas para a impressão dos livros, que depois eram entregues ao almoxarifado da Instrução Pública para distribuição. Nesses livros vinham inscrições que demonstravam a aprovação da obra pela administração pública e seu caráter oficial. Posteriormente, o livreiro contratado pelo governo também passou a realizar a distribuição dos materiais, produzindo também novas versões dos livros, reeditados e modificados (ALMEIDA, 2007, p. 57).

O livreiro Rodolpho Machado garantiu o fornecimento exclusivo dos livros didáticos ao governo entre 1891 e 1904. Este empresário pode ter acumulado um capital considerável com seu trabalho, devido aos altos custos dos livros à época. O papel tinha de ser importado, e os altos impostos sobre o produto elevavam o valor do livro, pois Machado provavelmente repassava os altos custos da importação ao produto final, tornando o material de ensino um bem muito caro (ALMEIDA, 2007, p. 60). Entretanto, as altas somas monetárias investidas nos livros podem não ter sido sempre bem administradas. As escolas públicas, além de

frequentemente precárias fisicamente, eram muito diversas quanto ao método de ensino e à formação dos professores, o que fazia com que certos livros didáticos sequer fossem usados em algumas escolas (ALMEIDA, 2007, p. 70).

Durante o Império, o fornecimento de livros era mais limitado e em geral dominado pelas principais livrarias do Rio de Janeiro, com algumas pequenas tipografias editando pequenas edições e tiragens para certas escolas e professores. No Rio Grande do Sul, já no período republicano, o livreiro Rodolpho Machado manteve seu monopólio por um tempo, mas não durante todo o governo do PRR. Após o fim da sua exclusividade, uma série de livrarias editaram e publicaram livros que chegaram às escolas públicas, sendo algumas de destaque: A livraria Americana, presente em Porto Alegre, mas com matriz em Pelotas; Livraria Selbach; Livraria do Globo. O polo situado em Pelotas, com a livraria Americana e outras indústrias, de pequeno e médio porte, inicialmente maior que o da capital, concorreu com o polo de Porto Alegre, em um período em que o ramo editorial e das livrarias cresceu no estado (ARRIADA, 2012), devendo esta expansão também ao governo estadual.

CAPÍTULO 3 - Heróis, símbolos e narrativas militares nas escolas

História do Rio Grande do Sul para Ensino Cívico, de João Maia, já foi objeto de algumas pesquisas, dentre as quais Mombelli (2015), Almeida (2007) e Cardoso (2006). Alguns dos elementos aqui pesquisados já foram apontados por esses autores, e contribuições suas serão indicadas. O levantamento bibliográfico realizado para este trabalho não encontrou pesquisas feitas sobre o conteúdo dos outros dois livros que motivam esta monografia: *História do Rio Grande do Sul para uso das escolas públicas do Estado*, de Stella Dantas de Gusmão e *Chronologia da história rio-grandense*, de Afonso Guerreiro Lima. Cardoso (2006) localiza os dois e outros livros do período estudado, mas a análise de seus conteúdos é inédita, pelo que se pôde levantar.

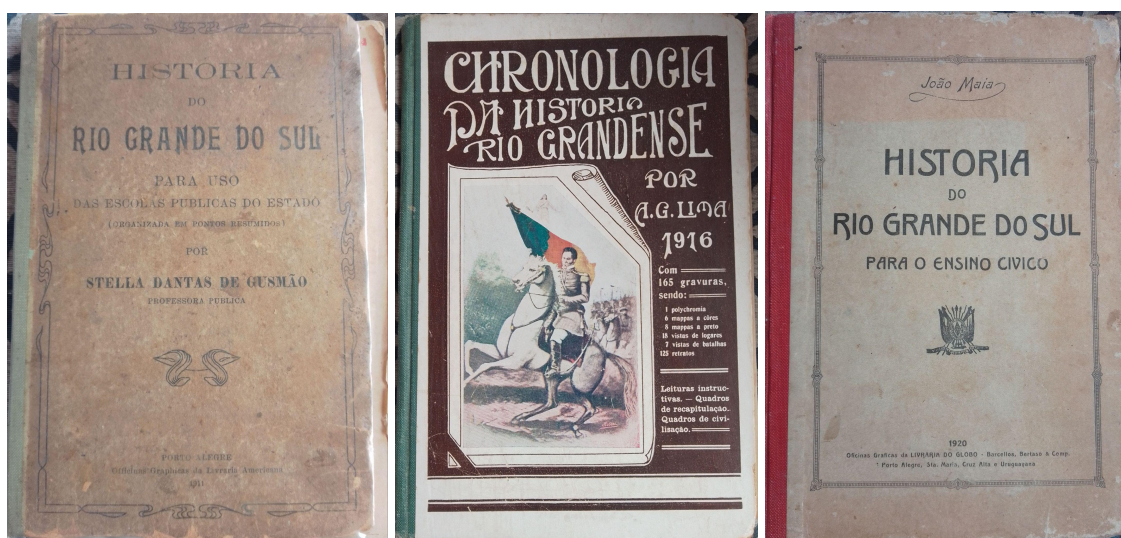
O autor do primeiro dos três livros a ser publicado, João Cândido Maia, já foi mencionado por seu cargo ocupado na burocracia do governo republicano. Este autor não teve carreira como professor escolar (MOMBELLI, 2015, p. 76); sua atuação foi como escritor, jornalista, militante republicano, e posteriormente Inspetor Regional da Instrução Pública, uma posição elevada na hierarquia burocrática do estado castilhistas. Atuou no jornal *A Federação*, no qual era indicado ainda em 1892 como "responsável pelo noticiário", abaixo do nome do diretor da Redação, Júlio de Castilhos. Destaca-se ainda sua participação no Conselho de Instrução Pública, e a seleção de seu livro por este Conselho, a qual possivelmente teve relação com seus vínculos partidários prévios. Mesmo após seu pedido de exoneração do cargo de Inspetor, em 1895, se manteve escrevendo para o *A Federação* (MOMBELLI, 2015, p.78).

A capa do livro de Stella Dantas de Gusmão informa sua profissão: foi professora pública. Não há no livro, porém, muitas informações a respeito da vida da autora. Um levantamento no jornal *A Federação* (1913; 1927; 1934) indicou que Stella ocupou cargo de professora, ao ser nomeada ao Colégio Elementar de São Leopoldo em janeiro de 1913, menos de dois anos após a publicação de seu livro, e posteriormente, a partir de 1927, que esta ocupou o cargo de diretora do Colégio Elementar da Glória. As menções no periódico sobre Stella nesse cargo vão até o final de 1934. Por estas informações fragmentárias infere-se ter sido uma professora com carreira de décadas, que no final da primeira república ascendeu à diretoria de um Colégio.

Afonso Guerreiro Lima se formou na Escola Normal de Porto Alegre e passou a atuar no magistério em 1889. Teve uma extensa carreira na educação pública, passando pela Escola Brasileira e a Escola Complementar, onde lecionou História, Geografia, Cosmografia e

Escrituração Mercantil. Foi também membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), e atuou por anos voluntariamente na instituição. Em 1936 tornou-se Diretor da Instrução Pública do Rio Grande do Sul, cargo que ocupou por um ano. Para além da docência nas instituições escolares, publicou 41 livros didáticos, sendo sua *Chronologia da História Riograndense* (1916), obra pesquisada neste trabalho, apenas um exemplar de sua vasta obra (VEIGA, 2021).

A edição do livro de João Maia utilizada para este trabalho foi a de 1920, apresentada como "novíssima edição". A primeira impressão foi realizada no ano de 1898, sendo esse o primeiro livro especificamente de história do estado a ser produzido para as escolas, mantendo-se em uso por toda a primeira república, com sua última edição no ano de 1927. Mombelli (2015) indica mudanças no texto ocorridas entre as edições de 1898 e 1909, e a "novíssima edição" de 1920, em que uma parte do conteúdo foi alterado, com a supressão de capítulos iniciais sobre a colonização portuguesa e acréscimo de capítulos sobre o governo republicano ao final do livro. Estas atualizações do livro acompanharam mudanças políticas e sociais no estado, mas apesar das diferenças, a posição republicana não sofreu qualquer alteração (MOMBELLI, 2015, p 92). Neste trabalho será analisada apenas a edição de 1920 de João Maia, por já fornecer os elementos necessários para uma amostragem dos conteúdos disponíveis às escolas públicas do estado, pela proximidade cronológica das outras fontes, e por trazer mais conteúdos sobre o período republicano. O livro de Stella Dantas de Gusmão foi publicado em 1911, e não foram localizadas outras edições do livro. A *Chronologia* de Afonso Guerreiro Lima foi publicada em 1916, edição analisada aqui, e teve uma segunda tiragem no ano de 1928.



Da esquerda para a direita: Figura 1: (GUSMÃO, 1911) / Figura 2: (LIMA, 1916) / Figura 3: (MAIA, 1920)

Um olhar panorâmico sobre as obras permite perceber na sua estrutura um modo de exposição da história alicerçada em elementos militares⁵. O conteúdo é organizado a partir de uma exposição cronológica dos fatos históricos, com grande atenção a personagens importantes. Os livros de João Maia e de Stella Dantas são bastante similares no trato com os eventos históricos, na ênfase a conflitos que formaram o território e a população rio-grandense, e nas lideranças guerreiras, que se tornam heróis. A forma como Mombelli descreve o trabalho de João Maia também serve ao livro de Stella Dantas:

A narrativa seguia a lógica militar. Os fatos mencionados eram batalhas, invasões, guerras e acordos de paz. Essas disputas armadas foram os pontos que definiram a história de um povo guerreiro, acostumado a pegar em armas para defender seu território e a liberdade. Contava, para isso, com a liderança de homens ilustrados, capazes de guiar o povo no caminho da civilização. Essa era a visão de história predominante na historiografia tradicional, cuja preocupação era a formação histórica do “Continente do Rio Grande” (MOMBELLI, 2015, p. 87).

Afonso Guerreiro Lima não foge dos feitos militares e dos grandes homens, mas confere a estes um nível relativamente menor de atenção. Lima traz ênfase maior ao processo de desenvolvimento do estado, ao assentamento de colonos europeus, ao surgimento das cidades, à consolidação do território e ao crescimento econômico. Um exemplo desse foco são os "quadros de civilização", páginas que vêm ao final de trechos do livro, que buscam resumir os desenvolvimentos sociais e econômicos no Rio Grande do Sul ao longo do período em questão, abordando o crescimento da pecuária, agricultura, comércio, e o surgimento e expansão da Instrução Pública. Ainda que os livros apresentem abordagens diferentes, ambas as formas remetem às fases distintas dos discursos oficiais do PRR apresentadas por Céli Pinto (1985): os elementos militares e bélicos ao discurso dos períodos de guerra civil e ameaça da legitimidade do governo; e o tema do desenvolvimento do estado aos tempos de paz e crescimento econômico.

O que segue é uma análise transversal das três obras, que serve de panorama dos conteúdos da historiografia didática republicana rio-grandense. O método adotado é o de descrição dos elementos em comum em todos os livros, na ordem cronológica em que são expostos, ou elementos presentes em ao menos um livro, apontando a existência de diferenças na abordagem em outras obras. Essas diferenças, temas relevantes que se fazem presentes em apenas um dos livros e silenciamentos sobre questões pertinentes serão analisados com maior atenção separadamente ao final do capítulo. Nem todos os conteúdos e fatos apresentados serão expostos aqui, ainda que estejam presentes nos três livros, mas apenas aqueles que

⁵ Sobre a “pedagogia da violência” de João Maia, ver Almeida (2007, p. 116).

sejam interessantes para a compreensão da abordagem feita da gênese do Rio Grande do Sul e dos elementos mitológicos políticos de construção de um imaginário na perspectiva republicana.

3.1. A História

3.1.1. Período colonial

A História do Rio Grande do Sul nos livros didáticos se inicia nos primeiros séculos do colonialismo europeu no sul da América, com destaque para o relativo isolamento e abandono do território. Afonso Guerreiro Lima é o único a dedicar alguma atenção às pessoas já estabelecidas na região, a quem chama de "habitantes primitivos/tribus selvagens", citando nove grupos étnicos distintos e listando seus costumes, características físicas, morais, regime social, idioma (e as influências principalmente do tronco tupi-guarani nos topônimos brasileiros), religião e práticas militares (LIMA, 1916, p. 6-9). João Maia e Stella Dantas desenham uma região abandonada pelas potências coloniais, tendo por marcos iniciais o estabelecimento das missões jesuíticas, as expedições para a fundação da Colônia do Sacramento, a fundação do Presídio de Rio Grande e incursões de bandeirantes paulistas "em busca de riquezas naturais e de índios, que reduziam à escravidão" (MAIA, 1920, p. 5).



Figura 4: Mapa das "tribus selvagens", habitantes pré-coloniais (LIMA, 1916, p. 7)

Maia aponta para as boas relações desenvolvidas entre portugueses e minuanos, e já no primeiro capítulo afirma que o povoamento da região se deu pelos casais açorianos que rapidamente passaram a se assentar. Almeida (2007) destaca, entretanto, uma mudança nesta edição do livro de Maia em relação às anteriores, nas quais foi dada uma atenção maior aos açorianos. Na versão de 1920 há um foco maior às expedições lagunenses, a partir das quais estaria a origem das estâncias de criação de gado, enquanto menos páginas foram dedicadas aos primórdios da colonização. Stella Dantas narra os fatos de forma similar a Maia, destacando o papel dos casais açorianos na garantia do território aos portugueses e a fundação de cidades. Afonso Guerreiro Lima cita os auxílios oferecidos aos casais pela coroa lusitana no assentamento, a fundação das cidades, e traz uma página de texto de Alfredo Varela sobre a conservação, no arquipélago atlântico, de costumes antigos portugueses que teriam sido perdidos no continente europeu. Este recurso a textos de outros autores representa grande parte do livro de Lima; são os exercícios de leitura, que complementam os capítulos do livro.

A abordagem das Missões Jesuíticas da margem oriental do rio Uruguai começa para Maia com o Tratado de Madri, entre Portugal e Espanha, que determinou a transferência das missões aos domínios lusitanos e dos seus habitantes para a outra margem do rio. Daí segue a organização da resistência missioneira e a união de tropas portuguesas e espanholas, destacando a atuação de Gomes Freire de Andrade no combate aos indígenas. O vocabulário de Maia sugere a identificação dos antepassados dos rio-grandenses com o exército português⁶, ao citar um ataque fracassado liderado por Sepé Tiarajú e dois jesuítas à fortaleza de Jesus, Maria, José, "construída pelos nossos em Rio Pardo para cobrir e resguardar as munições (MAIA, 1920, p. 13-14). São narrados brevemente os enfrentamentos, até o confronto final entre os exércitos que termina com o massacre dos indígenas, aprisionamento dos padres, e posterior condecoração de Gomes Andrade "pelos serviços relevantes prestados à sua pátria" (MAIA, 1920, p. 15).

Stella Gusmão afirma que os indígenas guaranis das Missões sofreram com maus tratos tanto dos espanhóis como dos jesuítas, que com o controle exercido sobre os indígenas, tinham o plano de fundar um "Imperio Guaranytico ou Guaranyense" na América do Sul

⁶ A questão da identificação da população rio-grandense com a colonização portuguesa ou uma ênfase maior às trocas com os territórios de colonização espanhola é tema de relevância na história da historiografia rio-grandense, abordado por Ieda Gutfreind (1992), que divide a historiografia entre as matrizes lusitana e platina. O livro de João Maia, apesar de identificar nos portugueses e seus descendentes os ancestrais dos rio-grandenses, também destaca as influências platinas, como será visto mais à frente, o que o situaria na matriz platina, na qual estão também os autores da propaganda republicana, como Assis Brasil e Alfredo Varela. Mas a discussão sobre as matrizes historiográficas não é uma prioridade deste trabalho. Sobre a relação das matrizes e João Maia, ver a discussão sobre o mito de origem Português em Mombelli (2015, p. 92-95).

(GUSMÃO, 1911, p. 17). Para a autora, a luta dos exércitos de Portugal e Espanha se deu contra os jesuítas e seu "jugo opressor" (GUSMÃO, 1911, p. 21), que levou à sua posterior expulsão de todos domínios portugueses; seria um conflito contra os jesuítas, e não os indígenas. Guerreiro Lima apresenta uma narrativa dos fatos da guerra que segue a mesma linha de Maia, mas antes traz em maior detalhe o estabelecimento das missões pelo padre Roque Gonzalez, que foi morto, mas teve seu trabalho continuado. O professor apresenta dois exercícios de leitura sobre o tema: um texto do padre jesuíta Carlos Teschauer, que narra o trabalho de Roque Gonzalez no estabelecimento das missões, e os perigos que correu (LIMA, 1916, p. 13), e um texto de Thomé Gonçalves sobre "o índio José Sepé", identificando-o como um herói guarani campeão da causa de sua raça, porém fanático religioso.



Figura 5: Ruínas de S. Miguel (MAIA, 1920, p. 11). Há outras imagens das ruínas em Maia e Lima.



Da esquerda para a direita: Figura 6: Morte de Roque Gonzalez, citada por Lima, cuja referência é o jesuíta Teschauer. (LIMA, 1916, p. 10). Figura 7: Gomes Freire, o herói da Guerra Guaranítica nesta historiografia. A figura heróica é a do português (LIMA, 1916, p. 24).

Para além da questão fronteiriça que deu origem ao conflito das missões, os problemas na delimitação entre os impérios coloniais dariam origem a uma série de conflitos que marcaram os anos iniciais do Rio Grande do Sul. O que se vê na sequência é a narração de uma série de embates identificados como invasões espanholas. A "resistência" brava dos rio-grandenses/portugueses teria sido o fator responsável pela retomada dos territórios, apesar do abandono da região pela coroa portuguesa, com destaque para o nome de Pinto Bandeira. O uso da linguagem por João Maia nesse trecho denota uma perspectiva novamente lusitana do Rio Grande. Stella Dantas narra os fatos de forma muito similar a Maia, destacando a perversidade e brutalidade dos invasores espanhóis, que mesmo depois de conquistada a cidade de Rio Grande, teriam ordenado que suas tropas atirassem contra famílias em fuga. Guerreiro Lima aborda esse período de conflitos fronteiriços de forma muito mais breve, destacando os enfrentamentos pelo forte de Santa Tecla, e realizando alguns juízos sobre as partes apenas ao afirmar a arrogância dos comandantes espanhóis e a valentia dos portugueses.

"E si o Rio Grande, que até então continuava quasi abandonado e desprovido de meios de defeza, não caiu em poder do exército invasor, deve-o principalmente ao heroismo e ao patriotismo de seus filhos desvelados, conduzidos à peleja pelo valente capitão Raphael Pinto Bandeira." (MAIA, 1920, p. 22).

Assim é introduzida a figura de Pinto Bandeira, o primeiro dos grandes heróis desta história, ainda que nomes de destaque já tenham surgido, como Freire de Andrade. Militar que serviu ao exército português nos conflitos contra os espanhóis no Rio Grande, Bandeira é a principal figura de destaque do período colonial para esta historiografia didática. João Maia apresenta uma biografia do militar, na qual destaca seus feitos no campo de batalha, o prestígio que tinha, e a perseguição que sofrera de inimigos por sua grande influência; chama-o de "caudilho riograndense" (MAIA, 1920, p. 24) e de "gaúcho destorcido"⁷ (MAIA,

⁷ O uso do termo "destorcido" como qualidade de Pinto Bandeira enquanto gaúcho pode revelar alguns elementos das discussões sobre a figura do gaúcho no período. Dicionários do vocabulário rio-grandense em períodos próximos (CALLAGE, 1926; MORAES, 1935) indicam que o termo "destorcido" teria o sentido de "ágil", "desembaraçado" ou "dextro". Uma interpretação possível do uso deste termo seria a de um tipo de gaúcho não "torcido", ou "direito", similar à perspectiva do gaúcho como trabalhador honesto ou militar ligado ao universo estancieiro, em contraponto a um possível gaúcho "torto/torcido", que seria o gaúcho mestiço, de baixo prestígio social e vinculado aos países platinos. Ambas as perspectivas existiam e estavam em disputa no período. (ZALLA, 2022, p. 101).

1920, p. 25), ao narrar sua coragem e irreverência. Stella Gusmão, novamente, narra os fatos de forma similar a Maia, afirmando que Bandeira

"foi o primeiro rio-grandense que governou a província, e também o que mais se salientou nas luctas com o inimigo invasor, personificando o typo do intrépido gaúcho rio-grandense, que, desde aquela epocha, firmou sua justificada e nobre fama" (GUSMÃO, 1911, p. 33-34).

Para a autora, a extensão territorial do Rio Grande do Sul se devia ao trabalho de Pinto Bandeira e outros comandantes do período. Guerreiro Lima, além de citar algumas das conquistas bélicas do militar, utiliza texto de Alcides Cruz como exercício de leitura, em tom de louvor ao líder militar, afirmando a grandeza de sua obra e necessidade de exaltação de sua figura; nesse livro não há identificação direta do militar com o termo "gaúcho".

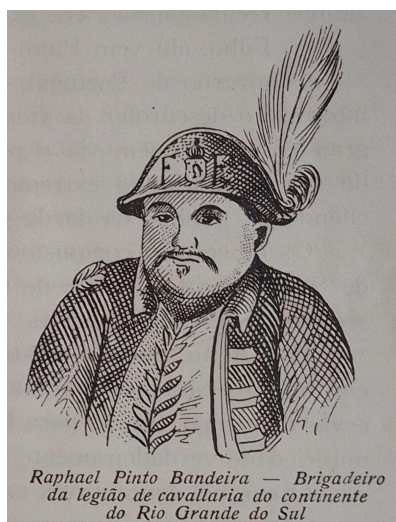


Figura 8: Pinto Bandeira, em sua vestimenta militar. (MAIA, 1920, p. 23). O mesmo retrato aparece em Guerreiro Lima.

Ainda no início dos livros propõe-se uma discussão sobre o que deveria configurar o "typo riograndense", a composição étnico-racial do povo da região, e características que derivariam desta origem. Pode-se encontrar um desenvolvimento dessa ideia em João Maia primeiramente quando o autor menciona o surgimento e desenvolvimento das estâncias de criação de gado na região, ao afirmar que a população estancieira formou-se como povo livre e independente, e ao mesmo tempo avesso à autoridade central metropolitana, que teria atitudes despóticas e arbitrarias (MAIA, 1920, P. 33). Nota-se nesta descrição as origens de tensões que se manifestariam futuramente com a Farroupilha, e possivelmente com a defesa da pauta federalista no período republicano. Mais adiante Maia explicita o "typo riograndense", formado pelo açoriano, português, paulista, mineiro e espanhol (MAIA, 1920, p. 43); o elemento indígena seria insignificante devido à supostamente rara mestiçagem deste com as outras raças, principalmente em decorrência do isolamento inicial dos indígenas

aldeados nas missões, e seu suposto extermínio posterior. Somente na região das Missões o autor admite a existência de rio-grandenses com fenótipo indígena. Dos Charruas e Minuanos teriam sido herdados hábitos e virtudes bravas e guerreiras, mas não há menção a uma ascendência direta. Na sequência afirma que a influência do elemento africano na formação da população seria quase nula, pela pobreza dos habitantes da província, que "não poderiam dar extracção ao genero negro" (MAIA, 1920, p. 44), e por supostas dificuldades de realização do tráfico escravista na região em decorrência de dificuldades de navegação na barra do Rio Grande. Ainda minimiza também a presença de degredados e "mulheres imorais e banidas" (MAIA, 1920, p. 45), e destaca a presença e influência de elementos hispano-americanos, devido à ausência de uma linha regular de fronteira que separasse definitivamente os dois povos, em um tom menos lusitanista que anteriormente. Por fim destaca como o meio físico seria um grande determinante na constituição deste "typo riograndense", elemento presente também na historiografia de inspiração positivista.

A "novíssima edição" do livro de João Maia, analisada neste trabalho, não traz as referências bibliográficas utilizadas, mas na primeira edição, de 1898 constava uma lista de obras consultadas (ALMEIDA, 2007, p. 107), dentre as quais se situa a *História da República Rio Grandense*, de Assis Brasil (1882), livro publicado pelo Clube 20 de Setembro, que segundo Almeida seria uma das principais fontes para a composição da obra de Maia. Almeida ainda cita que as ideias sobre impossibilidade do tráfico negreiro pelos problemas de navegabilidade na barra do Rio Grande seriam extraídas de Assis Brasil, e a isso também pode-se acrescentar a noção de insignificância do elemento indígena, e a questão dos "degredados", também possivelmente inspiradas em Assis Brasil (1982, p.15-20). Os elementos que teriam formado a população rio-grandense na *História da República Rio Grandense* (ASSIS BRASIL, 1982, p. 20) são exatamente os mesmos, e listados na mesma ordem, que em João Maia (açoriano, português, paulista, mineiro e espanhol) (MAIA, 1920, p. 43).

Mombelli (2015) indica ainda uma outra diferença entre as edições; na Lição X, na qual Maia tece o "typo riograndense", a versão de 1909 trazia "o typo rio-grandense – o gaúcho" (MOMBELLI, 2015, p. 97)⁸. Nesta edição haveria uma identificação direta da formação étnico-racial do rio-grandense com a figura do gaúcho, e a afirmação de uma série de virtudes como honestidade, cavalheirismo, virilidade, força e um ímpeto guerreiro. Na sequência estaria ainda a descrição de costumes, tradições, práticas e vestimentas associadas a

⁸ Para uma análise em maior detalhe do "typo riograndense" em João Maia, ver Mombelli (2015, p. 95-101)

esse gaúcho de origens europeias ligado ao universo estancieiro. A remoção da ênfase ao gaúcho nas edições pós 1909 pode ter relação com as disputas na historiografia do começo do século XX em torno da figura do gaúcho e sua relação com a população rio-grandense. Como exemplo, pode ser citada a polêmica de Arthur Toscano, inspetor de Instrução Pública (ALMEIDA, 2007, p. 38), em 1912, na qual o autor se contrapôs à ideia da existência de gaúchos no Rio Grande e afirmou o uso desta figura como um estereótipo rude que não condizia com a realidade do estado. Esse texto remete a um debate que ainda levaria anos até consolidar o gaúcho como um representante da identidade rio-grandense, e sua eventual ausência da historiografia didática pode estar ligada a essa disputa⁹. O inspetor ainda estabelece uma comparação direta entre o gaúcho como estereótipo rio-grandense e o indígena como um representante do Brasil, e este paralelo pode sugerir que a eventual ausência do gaúcho tenha relação com a negação da presença indígena na formação étnica e social rio-grandense, tema presente nesta historiografia didática. Mombelli demonstra a necessidade de definição de um tipo racial para o rio-grandense/gaúcho no período, no qual a construção de uma identidade nacional e regional passava pelas questões da formação racial de um povo. Note-se que no período o racismo científico era debatido abertamente, e conceitos ligados à eugenia eram presentes na Instrução Pública rio-grandense.

Stella Dantas de Gusmão também se utiliza da tese da insignificância do elemento indígena na formação da população rio-grandense, mas a justifica de forma diferente, afirmando que foi o ímpeto de resistência do indígena contra o "jugo opressor" do europeu que fez com que o nativo se mantivesse resistindo, até sua extinção. A autora ainda lamenta a ausência do indígena na formação rio-grandense, por ver nesses "grande altivez, heroísmo e amor à liberdade" (GUSMÃO, 1911, p. 16). O povo rio-grandense, para Stella, seria descendente dos soldados paulistas e mineiros, dos quais teriam herdado bravura e "inclinação às lides guerreiras", e dos açorianos, de onde viria a herança do trabalho honesto, cristianismo, patriotismo e beleza física (GUSMÃO, 1911, p. 17). Em Afonso Guerreiro Lima não há discussão específica sobre a formação racial ou étnica da população que poderia configurar alguma forma de "tipo rio-grandense"; há as já ditas menções aos povos indígenas no período pré-colonial, às missões jesuíticas e aos indígenas lá aldeados, e à imigração açoriana e suas características. Em todos os casos o autor parece ressaltar mais os aspectos culturais, mas a principal ênfase para o povoamento da região recai sobre europeus e seus

⁹ Para uma abordagem historiográfica da polêmica que envolveu Arthur Toscano e os redatores do jornal A Federação, e sua negação da existência de gaúchos no Rio Grande do Sul, contra o crítico literário José Verissimo em 1912, ver Zalla (2022, p. 279-281).

descendentes. A presença e influência de africanos e seus descendentes no Rio Grande do Sul quase não é mencionada no livro de Lima, apenas de forma muito breve e indireta em momentos-chave, como a abolição.

Após os conflitos fronteiriços com os espanhóis, segue um período de paz entre o final do século XVIII e começo do XIX, que João Maia retrata como marcado por um abandono generalizado da província pelo governo central, tema recorrente na obra, que somente foi remediado com a chegada do chefe de esquadra Paulo Gama ao governo local, que passou a combater o contrabando, construir escolas e armar a província. Stella Dantas, da mesma maneira, confirma o abandono da província por Portugal e o resgate promovido pela administração de Gama. Afonso Guerreiro Lima fala sobre o governo Gama brevemente e cita Alfredo Varela em exercício de leitura, no qual o autor mencionava as políticas já citadas, mas Lima não chama atenção para o abandono da província que os outros autores destacam. Na sequência o Rio Grande é elevado a capitania.

João Maia menciona planos de D. João VI de intervenção nas colônias espanholas que se viam em meio a guerras de independência, e a invasão do Estado Oriental pelo governante do Rio Grande, d. Diogo. Maia menciona esta guerra como desastrosa, atribui a responsabilidade principalmente a d. Diogo, e afirma que os filhos da província não teriam simpatizado com essa empreitada. Stella Dantas apresenta o projeto de d. João VI nas Américas como o "tresloucado e ambicioso plano de aumentar seus domínios por meio de conquistas no sul da America" (GUSMÃO, 1911, p. 43). A campanha portuguesa no atual Uruguai é vista pela autora como expressão da ganância egoísta do monarca por mais territórios. Guerreiro Lima também fala sobre os planos de expansão portuguesa na América, visando unir os estados do Rio da Prata ao Brasil.

Surge a figura de José Artigas, o qual Maia identifica como caudilho que lutou pela independência do Uruguai e estabelecimento de um regime republicano. Narra na sequência sucessivas vitórias militares do exército português contra Artigas, até a tomada do controle de Montevideo pacificamente, com a entrega das chaves da cidade por representantes uruguaios. Maia ressalta como Artigas foi brutalmente derrotado no campo de batalha pelo "nosso valoroso exército". Stella Gusmão escreve sobre como d. Diogo enfrentou o "valoroso caudilho oriental José Artigas" (GUSMÃO, 1911, p. 45), ao qual não poupa adjetivos, caracterizando-o como o patriótico e destemido que tentou libertar sua pátria e "o unico oriental que soube conservar nessa lueta por independencia a altiva intransigencia de seu nobre ideal" (GUSMÃO, 1911, p.49). Guerreiro Lima também retrata Artigas em um tom

respeitoso e de louvor, retratando-o como caudilho, valoroso, patriota, e utiliza o termo "exército invasor" (LIMA, 1916, p. 39) para se referir às forças portuguesas que ocuparam a região. Artigas não integra o rol de heróis da pátria nesta historiografia, por ser uruguaio e ter ativamente combatido rio-grandenses e brasileiros, mas pelo destaque reservado à sua figura e a linguagem utilizada ao descrever seus atos e características, é o estrangeiro que mais se aproxima do louvor heróico reservado ao panteão cívico desta historiografia.



Figura 9: José Artigas, líder oriental exaltado pela historiografia didática republicana (LIMA, 1916, p. 38).

Maia retrata o movimento constitucionalista português como uma reação ao torturante governo despótico de d. João VI, o qual teve grande apoio no Rio Grande do Sul. Stella Dantas e Guerreiro Lima mencionam a influência das ideias liberais no movimento. Maia cita a nomeação de um representante de d. João VI para "reprimir as aspirações democráticas do povo rio-grandense" (MAIA, 1920, p. 61), o qual teve grande resistência do elemento militar da província, que detinha o apoio popular, sendo um de seus líderes Bento Gonçalves. Na sequência de uma série de movimentações políticas é proclamada a independência, que não abalou o Rio Grande do Sul, mas muitos da província tiveram de lutar no conflito ocorrido na Cisplatina. Stella Dantas vê na presença dos rio-grandenses no conflito de independência ao sul como uma defesa do brado libertador da independência que ecoara em seus corações (GUSMÃO, 1911, p. 51).

3.1.2. Império e República

João Maia aborda em uma mesma lição a independência do Brasil e o processo do estabelecimento das colônias de imigrantes alemães. Sobre este último processo, afirma que

(...) o empreendimento da colonização pelo braço livre do europeu teve ainda um largo alcance sociológico entre nós, porque impediu que ficássemos na dependência definitiva do trabalho escravo, para progredirmos e alcançarmos os largos destinos que estavam reservados ao Rio Grande na civilização brasileira. (MAIA, 1920, p. 65-66).

Stella Dantas trata mais brevemente da colonização alemã, afirmando apenas que os imigrantes foram recebidos com hospitalidade e auxílio das autoridades rio-grandenses. Já Guerreiro Lima dá maior destaque à Real Feitoria do Linho Cânhamo, ao processo de abertura

das colônias nas léguas da região, a à nomeação do presidente da província José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, sem mencionar a importância deste também para a historiografia.

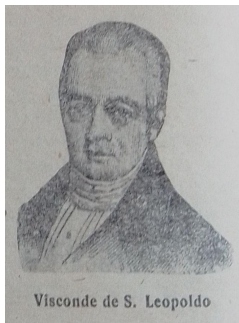


Figura 10: Visconde de S. Leopoldo (LIMA, 1916, p. 44), presidente da província e autor dos Annaes da Província de S. Pedro.

Após a inclusão do elemento alemão como povoador do Rio Grande, segue a narrativa de conflitos fronteiriços, agora com a guerra da Cisplatina, entre Brasil, províncias do Rio da Prata e o movimento de independência uruguaio. Maia destaca o inconformismo do povo oriental com a incorporação de seu território ao Brasil, que fez eclodir o conflito, e como essa guerra foi “antipathica ao sentimento rio-grandense” (MAIA, 1920, p. 69). A narração de Gusmão é, novamente, muito similar à de Maia, e Guerreiro Lima traz os mesmos fatos de forma mais breve. Maia e Stella Dantas narram a derrota em Ituzaingó, destacando a bravura do exército brasileiro e a contribuição de Bento Manoel para a derrota, ao não reforçar as tropas na batalha. Guerreiro Lima cita Affonso Celso em exercício de leitura, que, busca demonstrar como Ituzaingó não foi a derrota brasileira como se costuma indicar, mas sim uma batalha em grande parte indecisa, com maiores perdas dos argentinos e um recuo tático dos dois exércitos (LIMA, 1926, p. 51).

Após Ituzaingó, seguem novas invasões do território rio-grandense, nas quais Maia e Gusmão novamente procuram chamar atenção para o estado de abandono das tropas na região, e o desgosto com o governo em decorrência dessa penúria. Maia afirma que “guiavam os nossos bravos gauchos as pellejas, entre outros chefes de real prestígio, o brigadeiro Sebastião Barreto, e os coroneis Bento Gonçalves da Silva e Bento Manoel Ribeiro.” (MAIA, 1920, p. 73). Stella Dantas identifica não somente os soldados guiados por estas lideranças militares como gaúchos, mas elas mesmas também recebem a alcunha de “gaúchos destemidos”. Novamente, não há qualquer menção a “gaúchos” em Guerreiro Lima. Quando a figura do gaúcho se faz presente, trata-se do trabalhador disciplinado de estâncias e da produção de charque e couro, da maneira que era descrito e apropriado pela elite estancieira

das regiões de fronteira, segundo a formulação de Zalla (2022, p. 101), ou dos próprios membros da elite estancieira e militar rio-grandense.

No começo da década de 1830 se iniciam as tensões que levariam à Farroupilha. É mencionada a atuação da Sociedade Militar, a favor da restauração de Pedro I, enquanto no Rio Grande do Sul, segundo Maia, a defesa do federalismo crescia em clubes maçônicos, e Stella Dantas destaca o desenvolvimento extraordinário das ideias liberais e a suposta vitória moral do povo brasileiro sobre Pedro I. Guerreiro Lima discorre sobre como o exemplo da Cisplatina pode ter provocado o desejo de independência em rio-grandenses, enquanto Rosas, ditador argentino, também tinha interesse na independência da província, e emissários seus pregando ideias republicanas na região, como o conde Zambecari (LIMA, 1916, p. 52). Neste contexto se dá a divisão política da província, de um lado o grupo chamado pelos autores de "português", "retrógrado", "legalista" ou "restaurador", ligado à monarquia, "cujo fim era assegurar, no Brasil, o predomínio de ideias e instituições antiquadas" (GUSMÃO, 1911, p. 63), e do outro os "brasileiros", "liberais", "farroupilhas" ou "revolucionários", defensores do sistema federalista e futuramente do republicanismo. As tensões se iniciam com a tentativa de estabelecimento da Sociedade Militar na província, causando preocupação nos federalistas.

Bento Gonçalves, figura de grande prestígio e valor, se desloca ao Rio de Janeiro com o intuito de impedir a instalação da Sociedade e nomear Fernandes Braga presidente da província, e obtém sucesso. Maia afirma que o objetivo dos liberais nunca foi o separatismo, mas o estabelecimento do sistema federativo em todo o Brasil (MAIA, 1920, p. 79), e as aspirações liberais e contato com os povos limítrofes fazia com que a "revolução" fosse inevitável. Guerreiro Lima utiliza texto de Alfredo Rodrigues que afirma ser causa primordial da revolução a revolta do sentimento nacional contra as ambições do elemento português (LIMA, 1916, p. 54). Braga reprime manifestações pacíficas e denuncia o suposto separatismo dos revoltosos liberais, gerando sua ruptura com esses, que o depõem pacificamente. Bento Gonçalves, eleito líder da revolta, em discurso afirmava pacificada a província e resolvido o conflito que pretendia somente depor Braga.

O novo presidente da província, Araújo Ribeiro, foi nomeado pelo regente Feijó. Maia afirma que nessa altura da revolta as partes mais exaltadas da população já defendiam o republicanismo e o separatismo¹⁰. Bento Manoel, antes aliado dos revoltosos, se uniu à "contrarrevolução"; Stella Dantas o vê como traidor de compromissos que passou a perseguir os liberais. Os autores afirmam que os revoltosos solicitaram anistia, mas o governo central

¹⁰ Sobre a negação do separatismo dos farroupilhas por João Maia, ver Mombelli (2015, p. 101-106).

exigia punição a todos que participaram do movimento, mantendo o conflito, que passou a ter suas primeiras batalhas. A narrativa de Maia segue as movimentações dos comandantes e os principais enfrentamentos; Stella Gusmão dá maior detalhe a episódios como a retomada de Porto Alegre pelas forças legalistas e a tomada do forte de Itapuã. Em Guerreiro Lima os principais eventos são mencionados, mas com muito menos detalhes que nos outros livros didáticos, e nos exercícios de leitura que acompanham a lista de fatos históricos o autor inclui as biografias das lideranças farroupilhas.

Perdida para os revolucionarios a esperança de uma conciliação honrosa com o governo imperial, elles se firmaram n'esta resolução: a independencia, sob a fórmula republicana (MAIA, 1920, p. 89).

Após a vitória de Antônio de Souza Netto sobre o exército brasileiro no Seival, o líder farroupilha proclamou a República Rio-Grandense, com grande entusiasmo dos presentes, segundo Maia. Ao apresentar a declaração de independência rio-grandense, Stella Dantas não poupa adjetivos ao descrever sua perspectiva sobre a atuação do governo brasileiro: "Tentou [o regente Feijó] (inútil esforço!) aniquilar esta phalange de bravos, que ousaram revoltar-se contra os desatinos de auctoridades venaes, protegidas por instituições caducas" (GUSMÃO, 1911, p. 75). A autora caracteriza a declaração de independência como "santa causa" e "supremo ideal que avassalava os corações dos altivos revolucionários" (GUSMÃO, 1911, p. 76). Na sequência a câmara de Jaguarão aderiu à independência, e Bento Gonçalves foi nomeado chefe e protetor da república, desde que, segundo Maia, convocasse uma assembleia constituinte que deveria depor seus poderes ilimitados.



Figura 11: Quadro da Proclamação da República de Piratini, de E. Parreiras (LIMA, 1916, p. 59).

A derrota de Bento Gonçalves no Fanfa é mencionada em todos os livros, e retratada por Maia e Dantas como um combate de grande bravura dos farroupilhas, com destaque para a suposta arrogância dos legalistas. Dantas descreve a prisão das lideranças farroupilhas na batalha como uma traição de Bento Manoel aos termos da capitulação. Maia e Afonso Lima narram a organização da República Rio-Grandense na assembleia de Piratini como um evento de participação popular, em que uma multidão elegeu as lideranças republicanas. Na sequência segue a narrativa de eventos, com novos enfrentamentos, nova mudança de lado por Bento Manoel, e nomeação de novas lideranças da província pela regência brasileira.

Afirma Maia que as forças legalistas eram compostas majoritariamente por soldados de outras províncias ou mercenários estrangeiros, porque a maioria dos homens válidos da província compunham as fileiras revolucionárias, reforçando a identificação da população rio-grandense com o movimento farroupilha. Após a fuga de Bento Gonçalves da prisão, este retorna ao comando das forças farroupilhas e se manifesta em favor das demandas dos farroupilhas, afirmando o direito à independência da província. Na sequência Garibaldi chega ao Rio Grande com o propósito de construção de uma marinha para os farroupilhas. A narração desses fatos é similar nos três livros, e nessa altura do conflito os autores comumente se referem às partes combatentes como "republicanos" e "imperialistas". Afonso Guerreiro Lima utiliza as lições de leitura para veicular textos que narram feitos heróicos e sacrifícios de soldados farroupilhas (LIMA, 1916, p. 65) e episódios que demonstram a identificação e solidariedade da população rio-grandense com o movimento republicano (LIMA, 1916, p. 72).

A expedição a Santa Catarina liderada por Davi Canabarro partiu de um pronunciamento da câmara de Lages em favor da "revolução" (MAIA, 1920, p. 106), e teve o propósito de assumir controle dos portos, que faltavam à República, com o transporte dos lanchões de Garibaldi por terra. Com essa empreitada foi proclamada a independência de Santa Catarina sob a forma republicana, até a recuada dos rebeldes pelo avanço do exército brasileiro. Novamente há uma narração similar dos fatos, mas Afonso Guerreiro Lima comenta que essa expedição só trouxe prejuízos à revolução (LIMA, 1916, p. 68).

Maia e Stella Dantas mencionam a tomada do poder por Pedro II aos 14 anos e a ascensão dos liberais do Rio de Janeiro ao poder, que buscam negociação com os farroupilhas, "seus denodados co-religionarios" (GUSMÃO, 1911, p. 92), sem sucesso, por seus emissários não conseguirem se encontrar. Em 1842 foi convocada a Assembleia Constituinte da República Rio-Grandense, que provocou cisões no movimento, como o duelo entre Gonçalves

e Onofre Pires. A fase final da guerra é marcada pela liderança das forças imperiais por Caxias, e sucessivas derrotas dos farroupilhas, que se dividem em guerrilhas volantes e se aliam a Fructuoso Rivera, líder da rebelião no Uruguai. Os três livros mencionam a derrota de Davi Canabarro em Porongos como um dos confrontos que contribuem para o fim da revolta, mas nenhum traz menção à possível traição ou à existência do grupo de lanceiros negros¹¹.

Maia apresenta o final do conflito como a busca dos próprios republicanos por uma paz honrosa. Esse fim da guerra seria produto do patriotismo dos farroupilhas, que pela iminência de uma invasão do território brasileiro pelo ditador argentino Rosas, demandava uma pacificação dos combates no sul brasileiro. Todas as condições exigidas pelos farroupilhas para a paz teriam sido aceitas pelo governo, que levou a ser celebrada a paz honrosa em Ponche Verde (MAIA, 1920, p. 120-121). Stella Gusmão sustenta a mesma visão da paz, acrescentando que esta foi motivada pelo oferecimento de auxílio aos farroupilhas por Rosas, que levou os revoltosos a nobremente firmarem a paz, para combater o ditador argentino. Guerreiro Lima não dedica mais que um curto parágrafo à paz de Ponche Verde, listando apenas as condições da paz, onde surge também a única menção nos livros a escravizados combatentes entre os farroupilhas: "amnistia ampla; - isenção de serviço militar; - conservação das honras de posto para os oficiais; - liberdade aos escravos que serviram na revolução." (LIMA, 1916, p. 74).

Alguns elementos em comum entre todos os livros são: a identificação dos revoltosos farroupilhas com a população sul rio-grandense, um tom de louvor aos atos dos revoltosos e o destaque para a atuação de um pequeno grupo de lideranças que passa a compor o panteão cívico republicano rio-grandense. É nítida a inspiração desta historiografia didática nas obras da geração republicana do final do século XIX, incluindo as obras do Clube 20 de Setembro, de Assis Brasil e Alcides Lima, e as de Alfredo Varela. Zalla e Menegat (2011) indicam que a geração republicana buscou escrever uma história regional que resgatasse o passado farroupilha para a construção de uma memória pública que demonstrasse o pioneirismo e identificasse o Rio Grande do Sul com o republicanismo, o federalismo e o abolicionismo. A influência desses autores em João Maia foi comprovada por Almeida (2007), e sua influência

¹¹ Barbosa (2011, p. 24-30) aponta como no final do século XIX houve uma controvérsia entre os historiadores Alfredo Ferreira Rodrigues e Alfredo Varela sobre o episódio em Porongos. Varela se utilizou de cartas de ex combatentes para denunciar a traição de Canabarro, citando a carta de Caxias para Chico Pedro, que demonstra a intenção de massacrar combatentes negros. Rodrigues buscou contra-argumentar questionando a validade dos documentos, mas ambos tratam a questão mais como uma traição aos republicanos, e não sobre o que ocorreu com os negros. A denúncia de Varela da traição já estava presente no livro "Rio Grande do Sul", de 1897, e esta posição é evitada pelos autores da historiografia didática, que não mencionam uma possível traição.

em Stella Dantas de Gusmão é evidente pela abordagem e narrativa dos fatos e interpretações muito similares às vistas em Maia. Afonso Guerreiro Lima, além de abordar os mesmos episódios e personagens, ainda que de forma razoavelmente distinta, cita diretamente textos dos três autores mencionados nos exercícios de leitura, levando os próprios escritores da geração republicana às salas de aula. Por isso se pode afirmar que a historiografia didática republicana é, em grande medida, baseada nos textos, traz construções discursivas sobre os eventos históricos e busca construir um imaginário que se assemelha ao almejado pela geração republicana.

A heroificação e monumentalização dos líderes farrapos é central na forma como se constrói o discurso acerca da Farroupilha nessa historiografia didática. Ainda que os soldados e combatentes sejam mencionados, a Farroupilha é retratada fundamentalmente como a epopeia de alguns heróis de destaque. O primeiro nome de relevância é Bento Gonçalves, que recebe atenção de todos os autores. João Maia aborda a vida de Bento Gonçalves em uma pequena biografia, na qual destaca sua vocação para a carreira militar desde pequeno, sua vasta experiência em combates e seus heróicos feitos nos campos de batalha. É uma abordagem histórica que condiz com o foco militar do livro de Maia, e traz características de um herói essencialista, aquele que se destaca por seus próprios feitos e características, segundo a classificação de Enders (2014), enquanto sua presença na narrativa dos fatos da farroupilha remete mais ao herói funcionalista, aquele que representa um ideal, o federalismo e republicanismo, ou evento histórico, a Farroupilha. Afonso Guerreiro Lima traz um texto de José Garibaldi [sic], no qual o revolucionário italiano compara Gonçalves com os cavaleiros de Carlos Magno, destacando seu incomparável esmero com a montaria e com as armas, e sua frugalidade. Stella Dantas não reserva espaço específico para tratar das figuras históricas, apenas as aborda em relação às narrativas históricas, fazendo com que Gonçalves tenha um caráter muito vinculado à Farroupilha, sempre destacando seu valor, bravura, e dedicação à revolta. Há ainda um destaque eventual para o louvor que a população rio-grandense dedicaria a Gonçalves e aos outros heróis farroupilhas, como o episódio citado no livro de Guerreiro Lima, em exercício de leitura, com texto de autoria de “A.R.”¹² (LIMA, 1916, p. 72), sobre o retorno de Bento Gonçalves ao Rio Grande após sua prisão, quando teria ido a uma estância e solicitado a uma senhora um cavalo, e esta teria inicialmente negado por ter doado tudo que possuía à Revolução, e este ser seu único cavalo, que daria somente a Bento Gonçalves; este teria na sequência revelado sua identidade, e se orgulhado de retornar ao seu povo.

¹² Provavelmente Alfredo Rodrigues.



Figura 12: Busto de Bento Gonçalves: (MAIA, 1920, p. 126) / Figura 13: (LIMA, 1916, p. 57)

As outras duas principais figuras farroupilhas que podem ser consideradas heróis por esta historiografia são Antônio de Souza Netto e Davi Canabarro. Maia destaca em Souza Netto, além da proeza militar, a suma importância dada às suas opiniões em todas as deliberações do movimento republicano, a sua apologia da pacificação da província, e o respeito que foi dedicado a si por todos os partidos políticos. Chamam a atenção Maia e Lima para o fato de ser um homem de grandes posses e fortuna, incluindo estâncias no Uruguai, de onde solicitou auxílio ao governo brasileiro para proteção aos brasileiros lá instalados, e passou a atuar a favor do governo, inclusive na guerra do Paraguai, até sua morte por doença durante o conflito. Para Stella Dantas, Netto é destacado principalmente pela proclamação da República Rio-Grandense, tornando-o um símbolo do movimento.

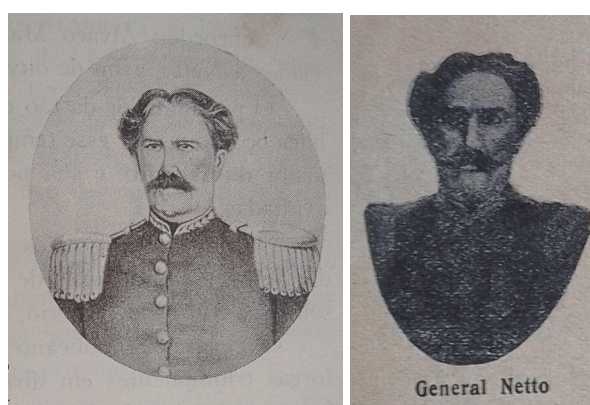


Figura 14: Busto de Souza Netto: (MAIA, 1920, p. 133) / Figura 15: (LIMA, 1916, p. 62)

Davi Canabarro recebe o louvor de proezas militares em campo de batalha, e do profundo conhecimento de estratégias militares, tanto na Farroupilha como na posterior guerra contra Rosas. Maia narra a vida de Canabarro, de origens humildes e carreira militar,

até seu ingresso no movimento Farroupilha por perseguições que sofreu de forças legalistas, e a posterior derrota de Canabarro contra a invasão paraguaia, atribuindo a culpa ao governo brasileiro, que mais uma vez teria deixado a região desprovida de defesas. Outros nomes ainda são eventualmente destacados, mas esses três permanecem nos livros como os principais que constituem o panteão republicano farroupilha.

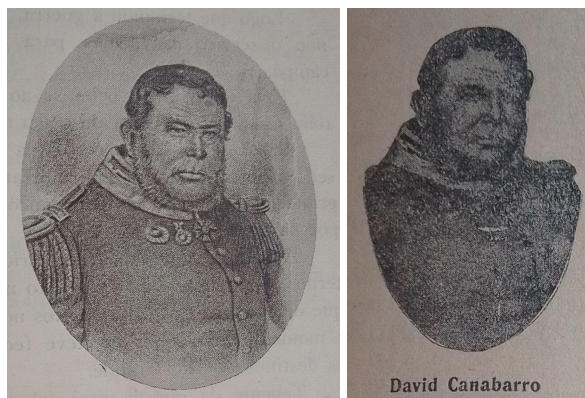


Figura 16: Busto de Canabarro: (MAIA, 1920, p. 129) / Figura 17: (LIMA, 1916, p. 69)

O período pós Farroupilha é abordado por conflitos envolvendo as repúblicas vizinhas e o Brasil, que tiveram repercussão no Rio Grande do Sul, como a guerra contra Rosas, da Argentina, e a posterior intervenção brasileira no Uruguai em favor do Partido Colorado durante a guerra civil. Internamente, trata-se da Guerra dos Muckers, na qual Maia e Stella Dantas retratam os alemães como fanáticos religiosos e criminosos, enquanto Guerreiro Lima traz uma visão um pouco mais simpática aos rebeldes. Para além desses eventos, o principal conflito que marca o período é a Guerra do Paraguai, que foi abordada nesta historiografia na medida em que se relacionou com o Rio Grande do Sul, com grande ênfase à invasão paraguaia do estado no início do conflito, a dificuldade em resposta brasileira novamente pelo tema do abandono das forças locais pelo governo central, e destaque aos rio-grandenses que tiveram algum papel antes e durante o conflito, como Souza Netto, Canabarro e o general Osório.

O último período abordado pela historiografia didática republicana é a história do movimento republicano do final do século XIX, desde suas origens até a consolidação no governo estadual. O início canônico do movimento se deu com a fundação do Clube 20 de Setembro pelos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Stella Dantas o situa entre as diversas revoltas ao longo do Império, destacando principalmente a Farroupilha, ao sustentar que o povo brasileiro nunca suportou "as opressoras leis monarchicas" (GUSMÃO, 1911, p. 150), e buscava o altivo ideal republicano. Segue-se com a fundação dos clubes

republicanos e do jornal *A Federação*. O surgimento dos movimentos republicanos no Rio Grande do Sul seria um renascimento das ideias revolucionárias da região, após um período de indiferença, como apontado por Mombelli (2015) e Almeida (2007).

A identificação do abolicionismo com o movimento republicano é um elemento importante presente nos livros. João Maia retoma a tese da presença diminuta da escravidão no sul brasileiro, e acrescenta que esta foi benevolente aos escravizados quando comparada ao cativeiro do norte do país. O militante republicano afirma que ao ver o estado do Ceará dar fim à escravidão, todas as forças políticas do Rio Grande se uniram em prol da causa, destacando que os republicanos do jornal *A Federação*¹³ se mantiveram irredutíveis e firmes como sempre pela causa abolicionista. Stella Dantas situa as origens do abolicionismo no partido liberal histórico, nomeando as figuras de Félix Cunha e Gaspar Silveira Martins, e listando políticos do PRR e de outros movimentos republicanos que militaram pela causa abolicionista, entre eles Júlio de Castilhos, Venâncio Aires, Assis Brasil e Alcides Lima. A autora também afirma que os escravizados foram tratados com grande benevolência por todos os partidos políticos (conservador, liberal e republicano), que lutaram pela causa abolicionista. Guerreiro Lima cita os mesmos nomes ao tratar da causa republicana, mas somente menciona a abolição ao indicá-la como um dos fatores que contribuiu para compor as fileiras republicanas, sem entrar em qualquer detalhe.

João Maia cita o evento da Proclamação da República em meio a um contexto de considerável ascensão das forças republicanas no estado, e a proclamação pelo exército seria uma consonância das forças armadas com a vontade nacional. Para Stella Dantas a questão militar deu fim à monarquia, e o fator que possibilitou a Proclamação pelo exército foi o apoio que este recebeu das forças republicanas civis. Guerreiro Lima somente cita a relevância da abolição e da questão militar para a Proclamação, mas não discorre muito sobre o tema. Ao mencionar o cargo de Silveira Martins como presidente da província nos meses derradeiros do regime monárquico, Lima afirma que seu fim, "diziam, era de oposição à corrente republicana" (LIMA, 1916, p. 92), sem citar quem dizia ou por que. Maia também associa Martins ao monarquismo, mencionando como este perseguiu republicanos, enquanto Dantas não tece tais associações, tratando somente da relação de Silveira Martins com o abolicionismo. A afirmação de Lima e Maia ecoa temas dos discursos republicano do PRR, especialmente durante os períodos de guerra civil, quando a oposição ao PRR era identificada com o monarquismo, e Silveira Martins se tornara uma liderança do Partido Federalista.

¹³ João Maia em nenhum momento menciona ter trabalhado no jornal, no período em questão.

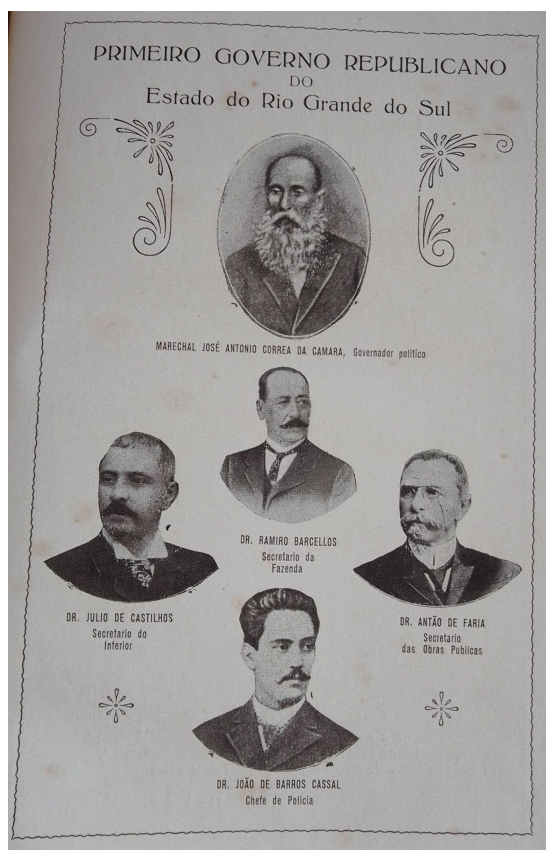


Figura 18: Composição do primeiro governo republicano constituído do Rio Grande do Sul. Na sequência, a maior atenção nos livros recairia sobre as figuras de Castilhos e Barros Cassal (LIMA, 1916, página sem numeração).

A narração dos eventos no Rio Grande do Sul que sucedem a Proclamação da República é bastante similar. O Visconde de Pelotas, governador da província, anuncia a proclamação da república e nomeia Júlio de Castilhos como secretário, mas este logo se demite. Stella Dantas destaca o papel de Júlio de Castilhos na formação do novo governo, e Guerreiro Lima menciona a prisão e deportação de Silveira Martins. Segue um período de instabilidade, com a troca de vários governadores, conflitos e dissensões partidárias. Começam preparativos para uma Constituição Rio Grandense, proposta por Júlio de Castilhos e assinada por diversos deputados ilustres "em nome da família, pátria e humanidade"¹⁴ (GUSMÃO, 1911, p. 161).

João Maia e Afonso Guerreiro Lima dedicam espaço à explicação das instituições governamentais republicanas estabelecidas pela Constituição rio-grandense. Neles são expostos o cargo de presidente do estado, que concentrava os poderes executivo e legislativo;

¹⁴ Família, Pátria e Humanidade são instituições relacionadas e de importância na doutrina positivista, presentes também nos discursos de cunho religioso do positivismo. Ver: (PEZAT, 2007).

a Assembleia dos Representantes, que detinha as funções orçamentárias e controle sobre os gastos públicos; e a magistratura, responsável pelas incumbências jurídicas. Os autores destacam a harmonia entre os poderes que resguardavam plena independência entre si, aos moldes da doutrina positivista, e Lima ainda menciona o poder que detinham os municípios, com seus intendentes e conselhos municipais. Cronologicamente, o livro de Maia se encerra na Constituição. Os livros de Stella Dantas e de Guerreiro Lima ainda abordam a primeira Revolução Federalista.

A narrativa dos fatos é similar, forças oposicionistas se uniram para combater o governo de Castilhos. Silveira Martins retornou do exílio, e a oposição se dividiu entre Silveiristas e Cassalistas, seguidores de Barros Cassal, mas Silveira foi posteriormente nomeado chefe do partido em congresso federalista. Durante um curto período, há uma série de trocas de presidentes do estado, e com as dificuldades de negociação entre as facções conflitantes, iniciam-se as hostilidades da Revolução Federalista. A Revolução é narrada brevemente por Stella Dantas, que a associa à revolta da esquadra no Rio de Janeiro, destacando o trabalho conjunto de Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto para debelar o movimento revoltoso, que acabou por aceitar a paz após a morte do comandante Gumercindo Saraiva, em 1895. Com o fim do conflito, termina esta narrativa da história do Rio Grande para Gusmão. Guerreiro Lima traz a abordagem mais detalhada do conflito federalista, dividindo-o em quatro fases, desde a primeira invasão de Saraiva até as últimas negociações no governo de Prudente de Moraes. O autor chama atenção para a presença da Brigada Militar em muitos dos enfrentamentos e também para a relação com a revolta do Rio de Janeiro.

Afonso Guerreiro Lima encerra com o discurso de Júlio de Castilhos pós-guerra, em que demonstra as "excellentes condições financeiras do Rio Grande, apesar da guerra civil que o enlutára" (LIMA, 1916, p. 121). Na sequência assume Borges de Medeiros, e o autor demonstra o desenvolvimento da infraestrutura do Estado, junto com os bons números da economia, outro tema do discurso oficial do PRR no período Medeiros. Seguem outros governos e atuação de políticos como Carlos Barbosa e Pinheiro Machado. No fim, "restabeleceu-se inteiramente a calma no Estado, que vae desassombradamente marchando em caminho do progresso" (LIMA, 1916, p. 124).

As figuras que compuseram os movimentos republicanos do final do século XIX não foram deixadas de fora do panteão cívico. Os principais nomes são de membros do PRR, sendo o maior de todos Júlio de Castilhos; mas figuras da oposição também recebem uma atenção peculiar. Na pequena biografia reservada a Júlio de Castilhos, João Maia destaca sua

dedicação absoluta à causa republicana por sua militância n' *A Federação*. Com a Proclamação da República, demonstrou seu caráter não somente de crítico, mas de construtor de um novo regime. Sua Constituição Estadual seria uma obra prima dos povos ocidentais, e sua atuação na guerra civil teria provocado a admiração do próprio Floriano Peixoto. Após deixar o governo estadual, seguiu auxiliando os governadores rio-grandenses com sábios conselhos e preocupação pelo Rio Grande. Afirma que o povo atribuiu a ele a alcunha de "O Patriarca", e das suas homenagens, como o monumento em bronze e a romaria realizada ao seu mausoléu anualmente. Stella Gusmão destaca seu trabalho da Constituição Política do Estado e de outras leis, assim como o caráter e conhecimento que o orientaram no governo do estado. Guerreiro Lima cita Achylles Porto Alegre¹⁵, o qual também destaca o papel de Castilhos como militante republicano e abolicionista, seu talento como comunicador e seu caráter de patriarca do Rio Grande republicano, que serviria de exemplo ao Brasil. Castilhos recebe certo louvor por suas características individuais, mas é principalmente como representante e patriarca do republicanismo moderno que sua figura é exaltada. Ainda que sua atuação no poder concretamente tenha tido características de liderança carismática, nos moldes indicados por Enders (2004), essa associação não é feita por Maia, somente por Lima.

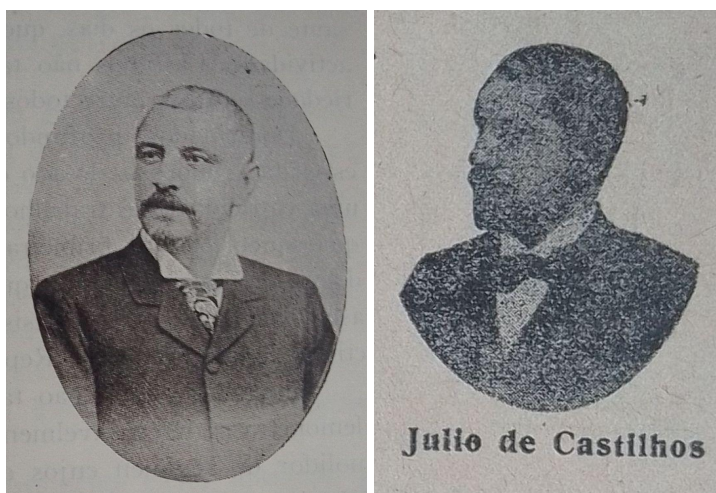


Figura 19: Busto de Júlio de Castilhos, o "Patriarca" (MAIA, 1920, p. 215) / Figura 20: (LIMA, 1916, p. 111)

Talvez o nome do PRR que receba maior destaque, após Castilhos, seja o do senador José Gomes Pinheiro Machado. Maia narra suas origens militares e posterior ingresso na Faculdade de Direito de São Paulo, onde tornou-se militante republicano, com uma fé em seus

¹⁵ Escritor rio-grandense e membro da Sociedade do Parthenon Literário. Em 1926, João Maia publicou uma breve biografia sobre o escritor na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, na qual destacou seus abundantes textos literários em diversos gêneros, suas biografias de homens rio-grandenses, e o seu sofrimento ao longo da vida com problemas de saúde (MAIA, 1926).

ideais que o levou a negar serviço ao partido liberal. Menciona ter assumido cargo de senador com a Proclamação da República, e sua atuação fundamental no combate à oposição durante a guerra civil, destacando suas ações em diversas batalhas e campanhas. Com o fim da guerra, voltou ao Congresso e passou a atuar pelo bem da coletividade social, e por esta atuação sua influência cresceu tanto que chegou a ser cotado à presidência da República, mas se esquivou da nomeação. Acabou por ser assassinado covardemente, e teve seu corpo trasladado ao Rio Grande, sendo chamado de "impreterrito gaúcho extinto" (LIMA, 1920, p. 227). Destaca ainda que futuramente seria construído um monumento dedicado a ele¹⁶. Afonso Guerreiro Lima cita Alcides Maya¹⁷, que traça um perfil de Pinheiro Machado como um homem de cultura republicana e de estreita aderência à doutrina partidária do PRR. Além destes, diversos nomes republicanos integram o rol de heróis. Borges de Medeiros não recebe o mesmo status talvez por ser contemporâneo; somente Stella Dantas o menciona, como sucessor de Castilhos, nobre e incorruptível, tendo entre seus trabalhos, além do governo estadual e presidência do partido, os códigos de Processo Penal e Processo Civil.

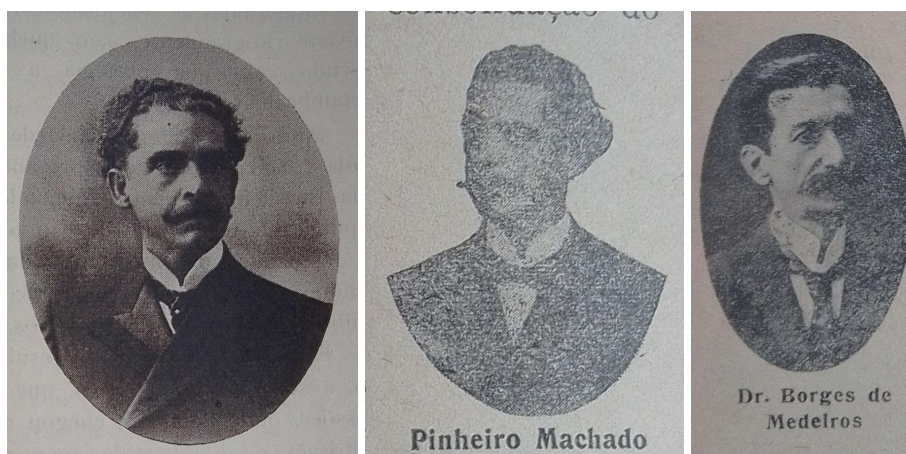


Figura 21: Busto de Pinheiro Machado: (MAIA, 1920, p. 223) / Figura 22: (LIMA, 1916, p. 120) /
 Figura 23: Busto de Borges de Medeiros: (LIMA, 1916, p. 121)

Entretanto, não somente membros do partido receberam tal destaque; republicanos que integraram a oposição também figuram entre os grandes nomes do estado, principalmente Gaspar Silveira Martins.¹⁸ Maia descreve Silveira Martins pela sua atuação como jurista e posteriormente fundador do partido liberal histórico, e um grande orador e tribuno. Destaca

¹⁶O autor talvez se referisse ao monumento que foi construído posteriormente no Rio de Janeiro em memória do senador.

¹⁷ Escritor e jornalista, fez parte da imprensa republicana e federalista do final do século XIX, publicou livros de diversos gêneros literários e foi membro da Academia Brasileira de Letras (MAYA, 1898).

¹⁸ Barros Cassal é outro opositor que recebe algum destaque, principalmente por João Maia. Para a análise da abordagem de Cassal realizada por Maia, ver Almeida (2007, p. 114-115).

seu apoio à monarquia brasileira, por meio da qual conquistou muitos melhoramentos à província. Ainda que em tom de respeito, Maia novamente associa Silveira Martins à monarquia, e não menciona sua atuação pelo Partido Federalista como opositorista do PRR, retratando o opositor como um dos grandes homens da história do Rio Grande, mas de uma forma muito alinhada à perspectiva do governo. Afonso Lima cita texto de Victor de Brito que exalta Martins como um dos maiores tribunos da história, destacando seu dom como locutor. O destaque grande às suas habilidades como orador, que o fizeram notório, parecem aproximá-lo das características de um herói carismático, que conquista apoiadores não por suas ações ou ideais, mas pela capacidade de conquistar corações em seus discursos, e novamente evita a atuação de Martins como líder de oposição.

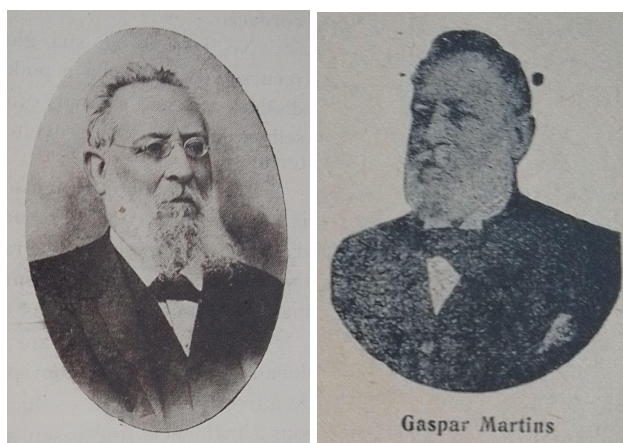


Figura 24: Busto de Gaspar Silveira Martins: (MAIA, 1920, p. 159) / Figura 25: (LIMA, 1916, p. 103)

3.2. Elementos mitológicos republicanos

Anne-Marie Thiesse (2001/2002) elaborou um "checklist" de construção das identidades nacionais europeias; ainda que os elementos observados pela autora sejam distintos daqueles vistos no Rio Grande do Sul, é possível identificar um "checklist" da construção mitológica republicana rio-grandense: uma lista de elementos discursivos e simbólicos que contribuem ao desenvolvimento do imaginário republicano. Os elementos aqui apresentados são apenas alguns dos que podem ser identificados nesta historiografia, que é de grande riqueza em mitos que permitem a construção de um imaginário social republicano. A análise não tem a pretensão de esgotar as fontes, nem a lista de elementos presentes nelas, mas apenas fornecer um panorama de alguns dos principais mitos e símbolos presentes no discurso legitimador do governo republicano rio-grandense.

3.2.1. Federação e liberdade no passado, presente e futuro

Nesta historiografia didática, um tema presente em toda a história rio-grandense é o abandono da região pelas autoridades centrais portuguesas e brasileiras. A este retrato de uma província negligenciada se une um relato de formação social e cultural distinta do resto do país, com ênfase na sua gênese independente, autônoma e avessa ao suposto despotismo central. Por tratar-se de uma historiografia vinculada ao governo do PRR, entende-se que é promovido um processo de apropriação do passado rio-grandense, que situa a pauta federalista contemporânea aos autores como um produto das tensões presentes entre o poder central e o Rio Grande ao longo da história¹⁹, e ao mesmo tempo busca identificar os movimentos históricos, desde as origens das estâncias, as guerras coloniais e a Farroupilha, como precursores do republicanismo do PRR, e expressões derivadas da gênese da população rio-grandense. O federalismo foi uma das principais pautas defendidas pelo PRR no âmbito nacional, e nesta historiografia foi tomado como uma das principais reivindicações do povo rio-grandense ao longo de sua história. A existência de separatismo do movimento Farroupilha não é negada, mas há um destaque maior à noção do patriotismo brasileiro dos farroupilhas, expressa na pacificação do conflito, que teria partido de um ímpeto nacionalista de proteção do Brasil frente a ameaças estrangeiras. Parece haver aqui o retrato do separatismo como uma potencial ameaça de reação regional para o caso da falta de respeito ao sistema federalista e à autonomia do Rio Grande, análoga à descrição de Menegat e Zalla (2011, p. 56) sobre a forma como Alfredo Varela abordou o separatismo farroupilha.

A figura identificada como gaúcho nessa literatura é principalmente o estancieiro-militar, e sua origem está diretamente vinculada à formação das estâncias. Entretanto, a presença do termo não é constante. Guerreiro Lima o evita completamente e os outros livros não trazem uma caracterização explícita desta figura. Esse espaço incerto do gaúcho pode estar vinculado ao fato de a década de 1910 ter sido um período de debates em torno do tipo histórico e de sua relação com a população. A polêmica de Arthur Toscano (1912) é um exemplo de crítica ao uso da figura do gaúcho, que é associada à imagem do indígena na representação do povo brasileiro, algo que o autor também critica. Por este

¹⁹ O discurso de crise é um recurso utilizado pelas elites políticas e econômicas ao longo da história, com o intuito de mobilizar ações concretas. Do tradicional conflito de interesses regional rio-grandense com o poder central brasileiro, emerge o discurso de crise cíclico no Rio Grande do Sul. Céli Pinto (1990) afirma que o primeiro momento deste discurso de crise surge com a Farroupilha, a partir da reivindicação de espaço das elites rio-grandenses no poder nacional; mas persistiria ao longo da história, configurando uma noção de "O Rio Grande contra o Brasil" (PINTO, 1990, p. 261). Já durante o governo do PRR, apesar das ameaças internas ao poder, o discurso de crise novamente surgiu quanto às tensões entre o governo estadual e o governo federal (PINTO, 1990, p. 263).

motivo, o gaúcho não foi situado aqui como um dos principais elementos da construção mitológica republicana nos livros analisados, mas há uma relação dessa figura com o ímpeto federalista e libertário rio-grandense que fica implícita em algumas das fontes. Admite-se que o gaúcho possa ter sido um elemento construtor do imaginário republicano, mas sua presença nessa historiografia é menos evidente. Por outro lado, a ausência do gaúcho pode ter relação com sua possível identificação no período com indígenas e mestiços, como feita por Toscano, e seu apagamento possivelmente esteja ligado ao silenciamento histórico sobre tais grupos.

3.2.2. A abolição [não] quebra o silêncio

Ainda nos primeiros capítulos dos livros se vê a negação da escravidão no Rio Grande do Sul e, por consequência, da presença negra na história do estado. Ainda que se busque excluir essa presença histórica, certos temas como o surgimento do republicanismo do final do século XIX, que é vinculado por esta historiografia ao abolicionismo, tornam o reconhecimento da presença negra inevitável. João Maia somente nesse ponto retoma a escravidão do período colonial e imperial, em uma tentativa de retratá-la como benevolente e menos violenta que em outras regiões, tema que já foi desenvolvido por Almeida (2007, p. 118-119) e Mombelli (2015, p. 108-109). Guerreiro Lima parece evitar a contradição ao praticamente evitar a questão da abolição, que é muito brevemente mencionada, enquanto Stella Gusmão afirma o bom tratamento de escravizados por todos os partidos políticos do final do Império (liberais, conservadores e republicanos), sem entrar em detalhes.

Outro tema de relevância sobre a história afro-rio-grandense é relativo aos combatentes negros da Farroupilha, principalmente quanto ao massacre dos lanceiros negros em Porongos, batalha citada por todos os autores, mas sem qualquer menção a existência desses soldados negros. A única vaga menção à existência de farroupilhas negros está em Guerreiro Lima, na lista de condições para o tratado de Ponche Verde, na qual um dos itens é a alforria de escravos combatentes; novamente predomina o silenciamento quanto à população negra, em um período em que já existia o debate historiográfico sobre a traição de Porongos (BARBOSA, 2011).

A negação da presença negra na história do Rio Grande do Sul começa pelos relatos de formação da população rio-grandense, composta somente por europeus e pela noção de quase ausência de tráfico escravista na região. A escravidão de negros e africanos no sul brasileiro frequentemente ocorreu nas estâncias de criação de gado, e o reconhecimento deste fato faria da figura do gaúcho estancieiro um senhor de escravos, uma franca contradição à

noção do ímpeto libertário deste estancieiro rio-grandense. A ideia de uma possível traição em Porongos, conforme aventada depois da fundação do IHGRS (1920), macularia a memória Farroupilha, que os autores buscavam exaltar, especialmente na figura de Davi Canabarro (que comandava os lanceiros negros massacrados na batalha de Porongos), tido aqui como um dos grandes heróis republicanos rio-grandenses. Por fim, o ressurgimento súbito dos afro-rio-grandenses com o abolicionismo republicano do final do século XIX não traz qualquer atenção à história concreta dessas pessoas submetidas à escravidão, às suas condições no pós-abolição, e de quem foram os senhores de escravos. Não há qualquer menção da luta abolicionista por parte das vítimas da escravidão; somente da atuação virtuosa e libertadora de políticos republicanos, mantendo a omissão quanto à presença negra, dado que, nessa perspectiva, os escravizados seriam apenas objetos da atuação política republicana, e não sujeitos de sua história. Devido às três considerações elencadas, pode-se afirmar que o silenciamento em relação à presença negra e africana na história rio-grandense é um importante elemento na construção do mito político republicano, que busca eliminar contradições presentes entre o ímpeto republicano libertário do rio-grandense e a presença em grande escala da escravidão na região, e também possíveis máculas em eventos que servem de referencial à identidade republicana em construção, principalmente em relação à Farroupilha.

3.2.3. Panteão da República

Os heróis são as figuras históricas glorificadas que constituem um panteão cívico representante ao mesmo tempo de processos históricos passados e de ideias políticas contemporâneas. Pinto Bandeira, Bento Gonçalves, Souza Netto, Canabarro, Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado são os principais nomes destacados e exaltados pelos três autores pesquisados, mas a lista de personalidades históricas é extensa. Com a exceção de Pinto Bandeira, que encarna um tipo de gaúcho militar que combateu "invasores" e consolidou o território, os outros são nomes republicanos, ainda que de períodos diferentes e mesmo tendo possuído projetos republicanos distintos, são tidos como construtores de uma mesma trajetória que tem como desfecho a ascensão e consolidação do PRR no poder. Diante da distinção de Enders (2004) entre o herói "essencialista", que galga o panteão por qualidades e atos individuais, e o "funcionalista", representante de anseios coletivos, conclui-se que o panteão se constitui necessariamente por um "funcionalismo", um rol de figuras que expressam os ideais definidos e almejados pelo grupo político detentor do poder. O retrato destas figuras possui características essencialistas, já que são listadas as ações

distintas que os tornaram notórios, mas a principal característica definidora desse panteão é o seu "funcionalismo" republicano.

Para além do panteão cívico, existe ainda a eventual presença de inimigos e opositores a essas figuras e ao projeto republicano e federalista rio-grandense ao longo da história. Um exemplo é o caso de Bento Manoel, principalmente para Stella Dantas de Gusmão (1911), que o situa como um traidor do movimento e responsável por inúmeros revezes dos rio-grandenses. A figura de Silveira Martins representa também um adversário, que em determinados momentos é associado ao monarquismo. Martins tem características suas exaltadas, como sua retórica e atuação como tribuno, que o aproximam da noção de uma liderança carismática. Os opositores ao projeto republicano, regionalista e federalista do PRR, que são associados por esta historiografia ao povo rio-grandense, se manifestam em toda a história, de formas diferentes e com funções distintas, mas contribuem para a mitologia política republicana ao servirem como o contraponto que ajuda a reforçar as narrativas de exaltação das figuras ligadas ao republicanismo. Um exemplo importante de invenção do inimigo é o exército legalista na Farroupilha, que João Maia retrata como inteiramente formado por indivíduos de outras regiões do país, já que o povo rio-grandense estaria unido em torno do movimento farroupilha, e é possível observar que o principal inimigo do republicanismo e dos rio-grandenses nessa historiografia é, de um modo geral, o poder monárquico central brasileiro.

3.2.4. As instituições republicanas e o pavilhão tricolor rio-grandense

A presença de capítulos que expõem a organização e o funcionamento das instituições do Rio Grande do Sul republicano, levando em consideração o destaque que se dá à “harmonia entre as instituições”, remete ao discurso oficial do governo. Segundo Céli Pinto (1985, p. 84), as instituições republicanas foram centrais na articulação do discurso político do PRR, principalmente nos períodos de crise e ameaça oposicionista. A consonância desse discurso pela historiografia didática, ao levar o ensino das instituições para o ambiente escolar pode indicar esse como outro elemento discursivo construtor do imaginário republicano.

Os livros de João Maia e Guerreiro Lima ainda reservam páginas para o ensino dos símbolos oficiais do Rio Grande do Sul, especialmente a bandeira e o brasão rio-grandense.²⁰ Estes símbolos foram criados e utilizados pelos farroupilhas como identidade simbólica da

²⁰ Não há nenhuma letra de hino nos livros, mas sua existência é mencionada. No período em questão, o hino estadual ainda não havia sido oficializado e múltiplas versões circulavam (ZALLA, 2021).

República Rio-Grandense, e foram posteriormente apropriados pelo PRR e tornados símbolos oficiais do Estado do Rio Grande do Sul contemporâneo por Júlio de Castilhos (GRIJÓ, 2010). A presença desses símbolos nos livros escolares é um elemento visual da construção do imaginário, que reforça a identificação entre o Rio Grande republicano governado pelo PRR e a República Rio-Grandense.

O uso dos símbolos farroupilhas pode estar relacionado ao processo de apropriação da memória farroupilha promovido pelo PRR. Grijó (2010) analisou um artigo de Júlio de Castilhos publicado no *A Federação* em 1884, período da propaganda republicana, no qual o futuro "patriarca" republicano rio-grandense identificava uma continuidade entre a Farroupilha o momento que escrevia, tendo sido o movimento de 1835 um pronunciamento democrático notável, ainda que o termo "democrático" tivesse para Castilhos o sentido de uma força popular, e não propriamente participação popular no poder. O futuro governador também via Silveira Martins e o Partido Liberal como apropriadores indevidos do legado farroupilha. No futuro, a Farroupilha tornou-se em um elemento simbólico central para a legitimação institucional do governo do PRR no Rio Grande do Sul, e a adoção dos símbolos farroupilhas representa esta apropriação particular do movimento Farroupilha, que resgata os ideais republicanos e federalistas, e uma noção própria de democracia, que o PRR buscava difundir (GRIJÓ, 2010, p. 32).



Figura 26: Símbolos oficiais do Rio Grande do Sul (MAIA, 1920, p. 50) / Figura 27: (LIMA, 1916, página sem numeração)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao assumir o governo estadual do Rio Grande do Sul, a geração republicana da Faculdade de Direito de São Paulo se viu em meio a crises políticas, forte oposição e uma guerra civil, tornando de imediata necessidade a consolidação e legitimação de seu espaço no poder político. As condições enfrentadas por esse grupo de republicanos foram desfavoráveis por não possuírem controle imediato das relações coronelistas de poder no estado, ainda que as relações que estes vieram a desenvolver possam ser vistas como uma forma própria de coronelismo (AXT, 2004). Para a manutenção do poder, foi necessário o recurso à força armada, representado principalmente pela organização da Brigada Militar, mas também o apelo à legitimação simbólica e subjetiva, que teve na educação pública um espaço privilegiado. Durante os anos iniciais, as principais despesas do governo foram voltadas à Brigada Militar e à Instrução Pública, o que diante de um contexto de ameaças concretas, indicam possivelmente duas vias para a busca pela manutenção do poder: um braço armado e um braço simbólico. A Instrução Pública não serviu somente à consolidação do poder; uma de suas principais atribuições foi a de formar trabalhadores para a modernização capitalista conservadora promovida no período, mas a busca pela legitimação subjetiva e simbólica do governo perante a população escolar pode ser observada no período, e o ensino de história contribuiu com esse propósito.

O presente trabalho partiu da existência apontada na bibliografia por Carvalho (1990) e Corsetti (2006) de um processo de construção de um imaginário social republicano legitimador do governo do Partido Republicano Rio-Grandense durante a Primeira República. Diferentemente dos trabalhos dos autores mencionados, utilizou-se aqui a historiografia didática como fonte para a localização de elementos de construção do imaginário. Pelo levantamento de Cardoso (2006), chegou-se a três obras: *História do Rio Grande do Sul para as escolas públicas*, de Stella Dantas de Gusmão, de 1911, *Chronologia da Historia Riograndense*, de Afonso Guerreiro Lima, de 1916 e *História do Rio Grande do Sul para Ensino Cívico*, de João Cândido Maia. A última obra listada já havia sido objeto de pesquisas de Cardoso (2006), Almeida (2007) e Mombelli (2015), possivelmente por ter recebido sucessivas edições durante toda a Primeira República e ser obra de um militante republicano ligado à elite política do PRR. Já as outras duas obras foram produções de professores escolares e seu conteúdo não havia sido objeto de outras pesquisas, pelo que se pôde levantar.

Como referencial teórico foi utilizada a perspectiva de Raoul Girardet (1987) sobre mitos políticos, entendidos como os elementos simbólicos e narrativos que ao mesmo tempo procuram explicar a realidade e mobilizar ações a partir de si, os quais poderiam servir à construção do imaginário coletivo, na definição de Baczko (1985), enquanto fenômeno subjetivo e social, que contribuiria à conquista da legitimidade das autoridades políticas perante a população. A partir dessas definições metodológicas foram analisadas as fontes, com atenção aos eventos históricos abordados, a perspectiva a eles conferida e como eram inseridos na história do Rio Grande do Sul de forma mais ampla, e também ao contexto político em que estavam inseridas. Por se tratar de um processo de construção também de uma identidade republicana, a ideia do "checklist" identitário de Thiesse (2001/2002) foi utilizada, ainda que os elementos por ela descritos não possam ser diretamente aplicados à realidade regional estudada, de forma que foi desenvolvida aqui uma adaptação: um "checklist" próprio da identidade republicana rio-grandense. As análises preliminares das fontes demonstraram um importante recurso às personalidades históricas que adquiriam qualidade de heróis, o que também levou à busca pela conceituação e análise feita por Enders (2014), que permitiu a compreensão dessas figuras como representantes do republicanismo e dos processos históricos em que se inserem. Para além de heróis, percebe-se a identificação das pautas políticas imediatas do PRR e dos discursos oficiais do partido com os eventos da história rio-grandense.

O "checklist" mitológico republicano rio-grandense foi aqui sintetizado em quatro elementos principais: o retrato da luta pelo federalismo como um fenômeno que surge na gênese da população rio-grandense (estancieira) e se manifesta ao longo da história em inúmeros movimentos, sendo vinculada diretamente ao republicanismo local; a construção de um panteão cívico de heróis rio-grandenses que encarnam o ideal republicano; o silenciamento em relação à escravidão e a presença negra no estado, inclusive diante do movimento abolicionista, que é também apropriado pelos republicanismos nacionais; o ensino das instituições republicanas e o uso de símbolos oficiais Farroupilhas pelo governo do PRR como recurso visual que reforça a subjetividade republicana vinculada à história rio-grandense.

De forma muito sintética, pode-se afirmar que a principal característica construtora de um imaginário republicano presente nesta historiografia didática é o retrato do republicanismo como uma consequência das origens históricas da população rio-grandense e ao mesmo tempo como expressão dos ímpetus e interesses desse povo ao longo do tempo. Trata-se, em suma,

de uma identificação absoluta do republicanismo e todas as pautas imediatamente vinculadas a ele pelas autoridades, como o federalismo e o abolicionismo, com a população do estado. O rio-grandense seria essencialmente um republicano, e a república, rio-grandense.

REFERÊNCIAS

Historiografia didática:

GUSMÃO, Stella Dantas de. História do Rio Grande do Sul para uso das escolas públicas do Estado. Porto Alegre: Livraria Americana, 1911.

LIMA, Afonso Guerreiro. Chronologia da história rio-grandense. Porto Alegre: Globo, 1916.

MAIA, João. História do Rio Grande do Sul Para o Ensino Cívico. Novíssima Edição. Porto Alegre: Globo, 1920.

Outras fontes:

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. História da República Rio-Grandense. Cia União de Seguros Gerais. 1982. (Fac-símile do original de 1882)

CALLAGE, Roque. Vocabulário Gaúcho. Porto Alegre: Livraria do Globo. 1926.

MAIA, João. “Achylles Porto Alegre”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1926, I e II Trimestres, Ano VI, p.5-8.

MAYA, Alcides. O Rio Grande independente. Porto Alegre: Agência Literária, 1898, p. 70-72. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/biblioteca/Alcides%20Maya%20-%20O%20Rio%20Grande%20Independente,%201898.pdf> Acesso em: 4 abr. 2023.

MORAES, Luiz Carlos de. Vocabulário Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre: Livraria do Globo. 1935.

TOSCANO, Arthur. Gaúcho, por quê? Almanack Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul. Pelotas: Livraria Americana, p. 202-207, 1912.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil:

A Federação, Porto Alegre, ano 9, 30 abr, 1892.

A Federação. Porto Alegre, ano 30, 28 jan, 1913.

A Federação. Porto Alegre, ano 44, 9 dez, 1927.

A Federação. Porto Alegre, ano 51, 26 nov, 1934.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Maximiliano Mazewski de. Mandado Adoptar: livros didáticos de história e geografia do Rio Grande do Sul para as escolas elementares (1896-1902). Dissertação (Mestrado em História) PUCRS, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2532>>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- ANTONIOLLI, Juliano Francesco. “Através do passado”: crônica, biografia e memória na série pedagógica de Achylles Porto Alegre (1916-1920). Dissertação (Mestrado em História) UFRGS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/56505>>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- ARRIADA, Eduardo. Livrarias e editoras no Rio Grande do Sul: O Campo Editorial do Livro Didático. PPGE/FAE/UFPel. 2012. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/gt02-1745_int.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- AXT, Gunter. Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: A Prática Política no RS. São Leopoldo: Cadernos IHU Idéias, ano 2, n. 14. 2004. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/014cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARBOSA, Luciano Rodrigues. A cor de Porongos: Percepções raciais flutuantes no século XIX. Monografia (Graduação em História)-Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/36939>>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- CARDOSO, Sergio Ricardo Pereira. A Heroificação dos Republicanos Gaúchos nos Compêndios de História do RS durante a I República. In: VIII ENPOS UFPel 2006. Pelotas, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas – O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.
- CORSETTI, Berenice. Política Educacional e Imaginário Social no Rio Grande do Sul dos Positivistas (1889/1930). Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. VII SEMINÁRIO. Campinas, SP. 2006. Disponível em: <https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/B/Berenice%20corsetti.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- CORSETTI, Berenice. Controle e Ufanismo – A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1889/1930). Pelotas: História da Educação, n. 4, p. 57-75. 1998. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4891776>>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- CORSETTI, Berenice. A Construção do Cidadão: Os Conteúdos Escolares nas Escolas Públicas do Rio Grande do Sul na Primeira República. Pelotas: História da Educação, n; 8, p. 175-192, 2000. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30145>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CORSETTI, Berenice. Fontes para pesquisa da história da educação no Rio Grande do Sul da Primeira República. Pelotas: História da Educação, n. 11, p. 193-222. 2002. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4891521>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

COSTA, João Cruz. O positivismo na República (Notas sobre a história do positivismo no Brasil). São Paulo: Revista de História, v. 7, n. 15, p. 97-131, 1953.

CUNHA, Jorge L. "Imigração e colonização alemã" in: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006, Vol. 2 (Império), p. 279-300.

ENDERS, Armelle. Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FAVARO, Cleci Eulalia. "Os italianos: entre a realidade e o discurso" in: História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006, Vol. 2 (Império), p. 300-319.

GIRARDET, Raoul. Mitos e Mitologias Políticas. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A elite do Partido Republicano se apropria da "Revolução". História UNISINOS. Vol. 14; Nº 1. 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/165063>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

GUTFREIND, Ieda. A historiografia Rio-grandense. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MOMBELLI, Cecília Soares. A Formação dos Jovens Cidadãos: a construção da disciplina escolar de história no Rio Grande do Sul na Primeira República. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19112015-160727>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. São Paulo: Revista Brasileira de História. V. 15, N. 29. pp. 9-27. 1995. Disponível em: <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3770>. Acesso em: 27 mar. 2023.

PESAVENTO, Sandra. A Revolução Farroupilha. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª edição, 1990.

PEZAT, Paulo Ricardo. Carlos Torres Gonçalves e o sexo altruísta: a conversão feminina à Religião da Humanidade em Porto Alegre no início do século XX. Anos 90, Porto Alegre, v. 14, n. 25, p. 99-138, jul. 2007.

PINTO, C.R.J. Positivismo – um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre, L&PM. 1986.

PINTO, Celi. O Discurso da Crise (Uma presença constante na história gaúcha). In: Donaldo Schuler (org.). Mito ontem e hoje. Porto Alegre: UFRGS, 1990, p. 258-265.

ROSSINI, Miriam de Souza. O jornal A Federação e seu papel político. In: AXT, Gunter (org.). Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

THIESSE, Anne Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. Porto Alegre: Anos 90, n.15, 2001/2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1983-201X.6609>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

VEIGA, Alexandre. Afonso Guerreiro Lima, 01/02/1870 - 06/10/1959. Porto Alegre: RIHGRGS, n. 160, p. 279-282. 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/117044>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, no 62, p. 49-70, 2011. Disponível em: <<https://www.oikoseditora.com.br/obra/index/id/1259>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

ZALLA, Jocelito. Não é apenas sobre o hino. Brasil de Fato, Porto Alegre, 08 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/08/artigo-nao-e-apenas-sobre-o-hino>>. Acesso em: 3 abr. 2023.

ZALLA, Jocelito. Simões Lopes Neto e a fabricação do Rio Grande gaúcho. Literatura e memória histórica no sul do Brasil. 2. ed. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2022. Disponível em: <<https://www.oikoseditora.com.br/obra/index/id/1259>>. Acesso em: 27 mar. 2023.